MUNICÍPIO DE LAGOA GRANDE - MG
GABINETE DO PREFEITO
Rua Manoel Calango, 172 – Centro – 38.755-000 - Lagoa Grande - MG
PABX: (34) 3816-2908 / gabinete@lagoagrande.mg.gov.br
Administração 2013/2016

LEI N. 806, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

CERTIDÃO
Prefeitura Municipal de Lagoa Grande - MG
Certifico que a Lei n. 806/15
foi publicado no quadro geral de avisos no seguinte
da Sede da Prefeitura Mun. de Lagoa Grande - MG
Em 22 / 06 / 15
Responsável

"APROVA O PLANO DECENAL MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PDME – DE LAGOA GRANDE/MG E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Povo do Município de Lagoa Grande, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal, APROVOU e, eu, Prefeito Municipal em seu nome sanciono e promulgo a seguinte **LEI:**

Art. 1º. Fica aprovado o Pano Decenal Municipal de Educação – PDME – de Lagoa Grande/MG, constante do documento anexo.

Art. 2º. O Município de Lagoa Grande/MG, através de Comissão Específica, a ser oficialmente constituída, procederá à avaliações periódicas da implementação do PDME.

Parágrafo Único. A primeira avaliação realizar-se-á no segundo semestre do primeiro ano de vigência desta lei. O Poder Legislativo Municipal, por intermédio da Comissão de Educação, acompanhará a execução do PDME.

Art. 3º. O Poder Executivo Municipal empenhar-se-á na divulgação deste Plano e na progressiva realização de seus objetivos e metas, para que a sociedade lagoagrandense o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Lagoa Grande, 17 de junho de 2015.

MÁRCIO VALERIANO CORRÊA

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PLANO DECENAL MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LAGOA GRANDE – MG

PERÍODO: 2015/2024

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....8

BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DO PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO DE LAGOA GRANDE.....8

Contexto Nacional.....8

Contexto Estadual.....10

Contexto Municipal.....13

PRESSUPOSTOS DO PLANO.....14

Pressupostos Político-instrucionais.....14

Pressupostos Conceituais.....16

Pressupostos Metodológicos.....17

HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.....19

Aspectos Demográficos.....25

Aspectos Econômicos.....27

Produção Agropecuária.....29

Agricultura Familiar.....31

Aspectos Sociais.....33

Assistência Social.....34

Inclusão Produtiva.....36

Educação.....37

INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS/ DIAGNÓSTICO SOBRE A EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOA GRANDE.....40

OBJETIVOS QUE NORTEARÃO AS AÇÕES REALIZADAS NO TEMPO DE DURAÇÃO DESTE PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.....70

Metas do PDME.....71

Metas para a Educação Infantil.....71

Metas para o Ensino Fundamental.....73

Metas da Educação Integral.....76
Metas do Ensino Médio.....78
Metas para a EJA - Educação de Jovens e Adultos.....79
Metas para a Educação Profissional.....80
Metas para a inclusão Social.....81
Metas para Formação e Valorização dos Profissionais da Educação.....82
Metas para o Ensino Superior.....85
Gestão Democrática.....85

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO DECENAL MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.....86

POEMA: MEU LUGAR

AUTORA: Adenilce Moreira de Souza Rodrigues

Lagoa Grande, terra do leite

Já foi estrada boiadeira

Berço de viajantes

Assistiu ao fim do cangaço

Contou e ouviu histórias

Protagonizada por seus habitantes

Menina, moça, terna, faceira

Idealizada por seus amantes

Conquistou a liberdade, veio ao mundo digital

Hoje é página de navegantes.

Lugar de gente festiva

Hospitaleira, de rara beleza

Que é solidária, que dança e encanta

Fazendo arte, versos ou proezas

Tendo fé, coragem e altivez

Não há quem não goste por assim dizer

De ver aqui um pôr-do-sol

Ou o milagre do amanhecer

Na terra abençoada por Deus

De encontros ao entardecer.

APRESENTAÇÃO

O Plano Decenal Municipal de Educação de Lagoa Grande foi adequado pela Equipe Técnica e coordenado pela Comissão Representativa a qual teve a missão de promover o amplo debate do mesmo.

Este documento traz a real situação educacional do município explicitando objetivos e metas a serem alcançadas no período de dez anos. Dessa forma, foi organizada uma equipe multidisciplinar para reestruturação do documento o qual entrará em vigência no ano de 2015.

Prefeito: Márcio Valeriano Correa

Vice - Prefeito: Luiz Carlos Batista Gonçalves

Membros da Equipe Técnica de Adequação do Plano Decenal Municipal de Educação:

- GILVANDA MOREIRA DE CARVALHO – Secretária Municipal de Educação e Cultura
- MILENE APARECIDA DE SOUZA SILVA – Secretária Adjunta Municipal de Educação e Cultura
- MARIA APARECIDA CARVALHO COSTA – Secretária do Conselho Municipal de Educação
- WILSON JAQUES MARTINS – Presidente da APAE
- LUIZ CARLOS BATISTA GONÇALVES – Vice-Prefeito de Lagoa Grande
- NILDA PACAU DA SILVA – Chefe de Divisão na SEMEC

Membros da Comissão Representativa para coordenar o amplo debate de adequação do Plano Municipal Decenal de Educação:

- GILVANDA MOREIRA DE CARVALHO – Secretária Municipal de Educação e Cultura
- MILENE APARECIDA DE SOUZA SILVA – Secretária Adjunta Municipal de Educação e Cultura
- MARIA APARECIDA CARVALHO COSTA – Secretária do Conselho Municipal de Educação

- WILSON JAQUES MARTINS – Presidente da APAE
- LUIZ CARLOS BATISTA GONÇALVES – Vice-Prefeito de Lagoa Grande
- SANDRA HELENA LIMA FERREIRA – Diretora da E. M. Dr. José Drumond de Castilho
- GASPARINA LUIZ DE PAIVA – Supervisora Pedagógica da E. M. Dr. José Drumond de Castilho
- HELENA MARIA DA FONSECA SILVA - Diretora da E. M. "Cesário Galvão"
- GILSA MARIA DE CARVALHO - Supervisora Pedagógica da E. M. "Cesário Galvão"
- EDNA BATISTA DA COSTA - Diretora do Centro Municipal de Educação Infantil "Iolanda Alves Ferreira"
- SÔNIA MARIA ALVES – Professora do Centro Municipal de Educação Infantil "Iolanda Alves Ferreira"
- RONIERE DUARTE RODRIGUES - Vice - diretora do Centro Municipal de Educação Infantil "Iolanda Alves Ferreira"
- MARIA CÉLIA DA SILVA – Supervisora Pedagógica do Centro Municipal de Educação Infantil "Iolanda Alves Ferreira"
- MARIA APARECIDA DE SOUZA NAKAGAWA – Professora da Creche Municipal "Maria Ledir Pereira"
- JAINA RODRIGUES GALVÃO – Diretora da E. E. Santa Terezinha
- DALCA DA CONCEIÇÃO BATISTA – Professora da E. E. Santa Terezinha
- SILVIA PEREIRA DOS SANTOS GUIMARÃES - Professora da E. E. Santa Terezinha
- SIMONE CAIXETA DA SILVA GALVÃO – Membro do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipais de Lagoa Grande – MG- SINDILAG
- MARIA LUZIA GALVÃO HIPÓLITO – Membro do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipais de Lagoa Grande – MG - SINDILAG
- JOÃO PAULO DE SOUZA - Vereador – Lagoa Grande – MG
- EDNA DE MENDONÇA RODRIGUES - Vereadora – Lagoa Grande - MG
- ANA PAULA GONÇALVES PEREIRA – Presidente do Conselho Tutelar de Lagoa Grande – MG.

• ELIZÂNGELA GONÇALVES DA SILVA – Membro do Conselho Tutelar de Lagoa Grande – MG.

A Equipe Técnica e a Comissão Representativa do Plano Decenal Municipal de Educação serão presididas pela Secretária Municipal de Educação e Cultura Gilvanda Moreira de Carvalho e secretariadas pela Supervisora Pedagógica Maria Aparecida Carvalho Costa.

1.INTRODUÇÃO

Diante do cumprimento da determinação constitucional e legislação decorrente, existe a necessidade de sistematizar a organização da educação e ensino no município, em todos os níveis e modalidades da Educação Básica, e, em todas as redes, a fim de concretizar a oferta de serviços de melhor qualidade, evidenciando avanços construídos ao longo do tempo e identificando lacunas que precisam maior atenção nos próximos 10 anos.

2. HISTÓRICO DO PLANO DECENAL MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LAGOA GRANDE

2.1 CONTEXTO NACIONAL

A instalação da República no Brasil e o surgimento das primeiras ideias de um plano que tratasse da educação para todo o território nacional aconteceram simultaneamente. À medida que o quadro social, político e econômico, do início do século XX se desenhava, a educação começava a se impor como condição fundamental para o desenvolvimento do país. Havia grande preocupação com a instrução, nos seus diversos níveis e modalidades. Nas suas duas primeiras décadas, as várias reformas educacionais ajudaram no amadurecimento da percepção coletiva da educação como um problema nacional.

Em 1932, educadores e intelectuais brasileiros lançaram um manifesto ao povo e ao Governo, que ficou conhecido como "Manifesto dos Pioneiros da Educação". Propunham a reconstrução educacional, "de grande alcance e de vastas proporções (...) um plano com sentido unitário e de bases científicas (...)". O documento teve grande repercussão e motivou uma campanha que resultou na inclusão de um artigo específico na Constituição Brasileira, de 16 de julho de 1934, sobre a necessidade de elaboração de um Plano Nacional de Educação.

Todas as constituições posteriores, com exceção da Carta de 1937, incorporaram, implícita ou explicitamente, essa ideia e havia, subjacente, o consenso de que o plano deveria ser fixado por Lei. Entretanto, tal ideia não se concretizou, apesar das iniciativas

tomadas em 1962 e 1967. Somente com a Constituição Federal de 1988, cinquenta anos após a primeira tentativa oficial, ressurgiu a ideia de um plano nacional previsto para longo prazo, com força de lei, capaz de conferir estabilidade às iniciativas governamentais na área da educação.

Entre 1993 e 1994, após a conferência Mundial de Educação em Jomtien, Tailândia, e por exigência dos documentos resultantes dessa conferência, foi elaborado o Plano Nacional de Educação para Todos, num amplo processo democrático coordenado pelo MEC. O plano foi aprovado no final do governo Itamar Franco.

Em 1996, é aprovada a segunda LDBEN – Lei no 9.394/96, que insiste na necessidade de elaboração de um plano nacional em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, com duração de dez anos, para reger a educação na "Década da Educação". Estabelece, ainda, que a União encaminhe o plano ao Congresso Nacional, um ano após a publicação da citada Lei, com diretrizes e metas para todos os níveis e modalidades de ensino.

Em fevereiro de 1998, chega à Câmara dos Deputados dois projetos de Lei visando à instituição do Plano Nacional de Educação: o Projeto n° 4.155/98, apresentado pelo Deputado Ivan Valente e o Projeto no 4.173/98, apresentado pelo MEC. Ao final de um longo processo de discussões, o relator da Comissão de Educação opta por redigir um substitutivo, incorporando as contribuições dos dois projetos, que, em 14/12/2000 foi aprovado.

Em 09 de janeiro de 2001, o Presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a Lei no 10.172 que institui o Plano Nacional de Educação – PNE/01, e que estabelece a obrigatoriedade dos Estados e Municípios elaborarem a proposta de um Plano Decenal próprio e submetê-la à apreciação do Poder Legislativo correspondente.

QUATRO PREMISSAS ORIENTARAM A ELABORAÇÃO DO PNE/01.

1. Educação como direito de todos.
2. Educação como fator de desenvolvimento social e econômico do País.

3. Redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública.

4.Democratização da gestão do ensino público nos estabelecimentos oficiais.

Os objetivos estabelecidos pelo Plano Nacional de Educação são:

- elevar o nível de escolaridade da população;
- melhorar a qualidade do ensino, em todos os níveis e modalidades;
- reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- democratizar a gestão do ensino público.

CONSIDERANDO A ESCASSEZ DE RECURSOS, O PNE/01 ESTABELECEU AS SEGUINTES PRIORIDADES:

- garantia do Ensino Fundamental obrigatório de 08 (oito) anos a todas as crianças de 07 (sete) a 14 (quatorze) anos (obrigatoriedade atualmente ampliada para 09 (nove) anos, com início aos 06 (seis) anos);
- garantia de Ensino Fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria, ou que não o concluíram;
- ampliação do atendimento nos demais níveis de ensino: a Educação Infantil, o Ensino Médio e a Educação Superior;
- valorização dos profissionais da educação;
- desenvolvimento de sistemas de informação e de avaliação, em todos os níveis e modalidades de ensino.

2. 2 – CONTEXTO ESTADUAL

Minas, mais uma vez, faz a diferença. Embora a recomendação legal da LDB/96, no seu Art. 10 seja: "Os Estados incumbir-se-ão de (...) elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos Municípios", a Secretaria de Estado da

Educação – SEEMG – em respeito à autonomia dos Municípios, enquanto entes federados autônomos, e à política Cooperação – Mútua – iniciada neste Estado na década de 90 – optou por sugerir, de comum acordo com a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação, Seção MG – UNDIME/MG, um percurso crítico de planejamento, a partir de uma determinada filosofia de trabalho e de trilhas consideradas mais eficazes na construção democrática do Plano Decenal de Educação de Minas Gerais – PDEEMG.

Tal percurso pressupôs que os Municípios traçassem, ao mesmo tempo em que o Estado e em ação articulada com o Plano Nacional e Estadual de Educação, diretrizes e objetivos gerais para a Educação e, em ação autônoma, elaborassem, a partir de um amplo diagnóstico, os objetivos, as metas e as ações específicas que respondessem às expectativas de cada um dos seus níveis e modalidades de ensino.

Esta proposta representou o reflexo de idas e vindas de discussões entre os atores envolvidos no processo, durante um tempo de pré-planejamento. Pode-se ainda dizer que ela espelha um modo de se acreditar no planejamento como processo democrático, baseado no diálogo e na troca de experiências, a partir dos dados da realidade.

Seguindo essa orientação e, com o devido cuidado para que os Planos Municipais não corressem o risco de ficar apenas no desejo, como tantos outros, a SEE/MG orientou Uberaba e os demais 852 (oitocentos e cinquenta e dois) Municípios mineiros, na elaboração de seus respectivos planos, oferecendo-lhes apoio técnico para a construção democrática e científica dos mesmos, inclusive através da oferta de um "Atlas da Educação de Minas Gerais", elaborado pela Fundação João Pinheiro, contendo todos os dados estatísticos necessários ao diagnóstico da educação municipal.

Desse modo, em Minas Gerais, Estado e Municípios construíram, em suas bases pactuadas e negociadas e, em tempo único, os seus respectivos Planos Decenais de Educação, de forma articulada com o Plano Nacional e de acordo com as suas demandas e vocação histórico-sociais.

O PDEEMG FUNDAMENTA-SE NOS SEGUINTES PRINCÍPIOS E DIRETRIZES GERAIS:

- equidade e Justiça Social;
- qualidade;
- diálogo e Interação entre as Redes de Ensino;
- democratização e Articulação com a Comunidade.

Os objetivos contemplados pelo Plano Estadual de Educação – PDEEMG encontram-se explicitados no Art. 204 da Constituição Estadual CE/89 e são os seguintes:

- erradicar o analfabetismo;
- universalizar o atendimento escolar;
- melhorar a qualidade do ensino;
- promover a formação para o trabalho;
- proporcionar uma formação humanística, científica e tecnológica.

Além desses, os signatários do plano estabeleceram como objetivos:

- garantir, com equidade, que a Educação Básica seja tratada como direito de toda a população e dever intransferível do Poder Público;
- garantir a universalização do Ensino Fundamental obrigatório de 09 (nove) anos e do Ensino Médio;
- garantir a oferta de Educação Básica para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;
- garantir a atuação de professores habilitados em toda a Educação Básica;
- elevar a qualidade do Ensino Público ofertado à população em toda a Educação Básica;
- elevar a taxa de atendimento da Educação Infantil e do Ensino Especial;
- institucionalizar o Regime de Colaboração Estado-Município, em consonância com preceitos constitucionais, instituindo o Sistema Único de Ensino;
- garantir mecanismos legais e operacionais que efetivem a gestão democrática da

educação, em todos os âmbitos da administração;

• elevar globalmente os investimentos em educação.

2. 3 – CONTEXTO MUNICIPAL

Compreendendo-se dentro dos limites legais financeiros e técnicos será cumprido as prioridades em foco, visto que os objetivos Gerais do PMDE são os mesmos do Plano Nacional e os específicos serão citados com clareza a partir dos desafios colocados pelo território. Dessa forma, pretende-se dar ênfase à ampliação do atendimento e a promoção da equidade; busca da eficiência, melhoria da qualidade da educação e valorização do Magistério; ampliação dos recursos para o PMDE, acompanhamento e controle social; Descentralização, autonomia da escola e participação da sociedade na gestão educacional.

Considerando o estágio de desenvolvimento em que encontra o município evidenciado pelo diagnóstico realizado no território, as expectativas da população e a escassez dos recursos aponta-se as prioridades:

- Melhorar o desempenho acadêmico em todos os níveis;
- Erradicar o analfabetismo;
- Valorizar os profissionais da educação;
- Democratizar a gestão do ensino público;
- Implantar o ensino de tempo integral;
- Universalizar a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio;
- Racionalizar a oferta do transporte escolar na rede pública.

Neste plano, o município de Lagoa Grande faz o diagnóstico e traça os objetivos e as metas referentes aos tópicos a seguir:

1. Educação Infantil;
2. Ensino Fundamental;
3. Ensino Médio;
4. Educação Superior;

5. Educação de Jovens e Adultos;
6. Educação Inclusiva;
7. Educação do Campo;
8. Educação a Distância e Tecnologias Educacionais;
9. Educação Tecnológica e Formação Profissional;
10. Formação dos Profissionais e Valorização do Magistério;
11. Gestão.

4. PRESSUPOSTOS DO PLANO DECENAL MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PRESSUPOSTOS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS

Os pontos político-institucionais responsáveis pela criação do Plano Decenal Municipal de Educação – PDME são:

• A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 – CF/88 estabelece no seu Art. 214:

"Fixação, por lei, de um Plano Nacional de Educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público".

• A LEI FEDERAL no 10.172/01, que institui o PNE fez um diagnóstico, dispôs sobre diretrizes, objetivos e metas sobre os seguintes temas:

a) gestão e financiamento da educação;
b) níveis e modalidades de ensino;
c) formação e valorização do magistério e demais profissionais da educação.

• A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LDB/96 – estabelece no seu Art. 9o:

"A União incumbir-se-á de *elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios". Art. 10o "Os Estados incumbir-se-ão de (...) elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos Municípios".*

• A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL MG/89 no seu Art. 204 estabelece:

"O *plano estadual de educação, de duração plurianual, visará à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, à integração das ações do Poder Público e à adaptação ao plano nacional".*

• A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE LAGOA GRANDE *em seu Art.11 inciso VI diz-se da cooperação do município com a união, o estado e outros municípios para desenvolver uma educação de qualidade, inclusive na elaboração de seus planos.*

• OS COMPROMISSOS INTERNACIONAIS – além dos instrumentos legais nacionais, ainda constituem pressupostos político-institucionais do PDME, os compromissos internacionais firmados pelo Brasil, mais diretamente relacionados à educação, que são os seguintes:

a) A conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia em 1990.

b) O compromisso da Conferência de Dacar sobre Educação para Todos, promovidapela UNESCO em maio de 2000.

c) A Declaração de Cochabamba dos ministros de educação da América Latina no Caribe sobre Educação para Todos em 2000.

d) A Declaração de Hamburgo, sobre a Educação de Adultos.

e) A Declaração de Paris, sobre Educação Superior em 2000.

f) A Declaração de Salamanca, sobre necessidades especiais de educação.

g) Os documentos das Nações Unidas e da UNESCO, sobre os direitos humanos e a não discriminação.

• Lei Federal nº 13.005/2014 de 25 de Junho de 2014. Em seu Art. 12. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PNE, o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Nacional de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

• A Portaria, Nº 42, de 03 de Setembro de 2014, que nomeia os membros da Equipe Técnica E Da Comissão Representativa, responsáveis pela reestruturação/elaboração/adequação do Plano Decenal do Município, o que demonstra o avanço da postura democrática do Município, em relação à construção das suas políticas públicas.

5. PRESSUPOSTOS CONCEITUAIS

Educar é tarefa que supõe concepções estruturadas e explícitas de educação, escola, professor, aluno, currículo, prática pedagógica e avaliação. Neste momento, o que se busca é deixar claro, embora em síntese, as concepções pretendidas para sedimentar os comportamentos político-administrativos e, sobretudo, político-pedagógicos na construção da educação no Município de Lagoa Grande.

O currículo deve adquirir uma nova dimensão. Para além do discurso específico de cada disciplina, é a construção humana no seu todo que está em causa. Isso implica trabalhar o conhecimento global em suas múltiplas dimensões, congregando a informação com o aprender a aprender, o aprender a fazer, o aprender a viver e conviver; enfim, com o aprender a SER, considerando-se em todo esse processo a prática social dos sujeitos.

6. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Para delinear o Plano Decenal Municipal de Educação de Lagoa Grande, não só sob os contornos de uma dimensão técnico-burocrática, mas, sobretudo, democrática e participativa, foram percorridos os seguintes passos:

DATA	ATIVIDADE	LOCAL
30/07/14	Reunião sobre o Plano Municipal Decenal de Educação – Encontro com Técnicos.	Belo Horizonte – Cidade Administrativa - SEE
05/08/14	Reunião e estudo do embasamento teórico do PMDE com a Superintendente Susie Adriane para assessoramento aos Municípios da SRE.	SRE – Patos de Minas
08/08/14	Reunião – Assessoramento aos Municípios que compõem a 28ª SRE – Patos de Minas, para elaboração/adequação do PMDE.	SRE – Secretaria Regional de Educação de Patos de Minas
15/08/15	Formação da Equipe Técnica composta pelos servidores da SEMEC.	SEMEC - Lagoa Grande
18/08/14	Ofícios solicitando a indicação da Equipe Representativa.	SEMEC - Lagoa Grande
15/08/14 a 20/10/14	Pesquisa de materiais para análise situacional	Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
03/09/14	Portaria nomeando Equipe Técnica e Comissão Representativa.	Prefeitura Municipal
22/10/14	Reunião para elaboração de metas para a Educação Infantil.	Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
22/12/14	Encontro de Assessoramento para	SRE – Secretaria Regional

	elaboração/adequação dos Planos Decenais Municipais de Educação.	de Educação de Patos de Minas.
01/09/14 a 27/02/15	Análise situacional do texto base do PMDE: Breve Contexto Histórico do Plano Decenal de Educação de Lagoa Grande, Pressupostos do Plano, Caracterização do Município e Histórico da Educação Escolar No Município	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
09/03/15	Estudo das metas do PNE e elaboração de metas para o Território de Lagoa Grande.	Câmara Municipal
12/03/15	Elaboração do texto base, metas para o Território de Lagoa Grande, tendo como embasamento as metas do PNE.	Prefeitura Municipal
16/03/14	Elaboração do texto base, metas para o PMDE.	Prefeitura Municipal
19/03/15	Consulta Pública e revisão do texto base	Prefeitura Municipal
31/03/15 a 23/06/15	Encaminhamento ao Poder Legislativo, Acompanhamento da tramitação no Poder Legislativo, Aprovação em Lei, Sanção do Poder Executivo e Publicação.	Prefeitura Municipal e Câmara Municipal

7. CARACTERIZAÇÃO E HISTÓRICO DO MUNICÍPIO

O Município de Lagoa Grande inserida na mesorregião Noroeste de Minas Gerais, microrregião de Paracatu, estando localizada a 507 km da capital Mineira Belo Horizonte.

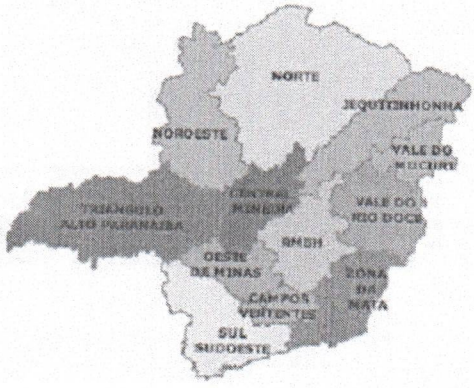


Foto 01 - Mapa das mesorregiões de Minas Gerais

O município de Lagoa Grande faz divisa com os municípios de Vazante, Paracatu, Presidente Olegário, João Pinheiro e Lagamar, como pode ser observado no mapa da sua mesorregião.

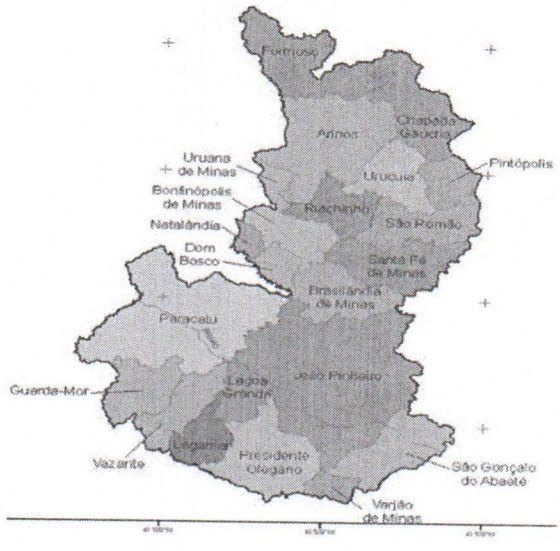


Foto 02 - Mapa da mesorregião noroeste de minas.[1]

Lagoa Grande é um município que ocupa uma área de 1.236,301 km². Sua latitude é de 17º5'22"S e sua longitude é de 46º31'13"O. o relevo do município é predominantemente

[1] FONTE: Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA)

ondulado, possuindo altitude máxima de 572 metros e mínina de 382 metros. A composição geológica é o solo arenoso e siltoso. A principal vegetação da cidade é o cerrado, que divide espaço com 6.000 hectares de área irrigada e 20.000 hectares de área de reflorestamento.

Sua temperatura média anual é de 22,5°C, sendo a média máxima de 28,8ºC e a média mínima de 16,5ºC.

A cidade está localizada na Bacia do Rio São Francisco, e microbacia do Rio Paracatu. Os principais rios do município são os: Rio da Prata, Rio Paracatu, Rio Escuro, Rio Tabocas, Rio Manabuiu e Ribeirão Santa Catarina. Não deixando de citar as lagoas, como a Lagoa Grande, localizada na região central onde nasceu a cidade, e, as lagoas da zona rural que formam complexos de lagoas, dentre as quais podemos destacar, as: Lagoa do Buriti Sozinho, Lagoa Tamanduá, Lagoa Tanque, Lagoa dos Buritis, Lagoa da Grama, Lagoa do Buriti, Lagoa Verde, Lagoa da Anta, Lagoa do Barranco e Lagoa do Tacho.

Historicamente, podemos dizer que, durante o século XVIII, o território que atualmente conhecemos como Estado de Minas Gerais concentrava-se os seus principais núcleos urbanos na região central. Na época, a mineração atraiu diversos comerciantes, viajantes e aventureiros que cruzaram a então capitania em busca de lucros e riquezas. Porém, com o declínio da extração aurífera, novas alternativas econômicas surgiram, como a agropecuária, levando à uma tendência de fixação da população. Essa fixação se deu principalmente ao longo do século XIX, proporcionando o surgimento de novas vilas e povoados.

Além da dinâmica econômica, indispensável para o entendimento do surgimento de grande parte dos municípios mineiros, vale destacar também a questão da religiosidade. Muitos povoados e depois cidades mineiras, surgiram a partir do erguimento de uma Igreja, capela ou cruzeiro. Geralmente, esses elementos religiosos além de constituírem como importantes componentes da cultura e dos modos de vida de uma dada população, eram marcos da edificação de um novo núcleo urbano. Esse é o caso, por exemplo, de Lagoa

Grande, que tem sua origem ligada à congregação social em torno de um elemento religioso.

O povoado surgiu por volta de 1910 quando os Srs. Osvaldo Maria, Manuel Carlos Moreira, Antônio e Manuel Baiano, construíram um cruzeiro e um rancho de palhas nas proximidades de um grande lago na propriedade do Sr. Paulo Moreira, na Fazenda Barreiro de Manabuiu do Distrito Firme[2]. A partir da edificação do cruzeiro, as populações das propriedades próximas começaram a se encontrar neste local para rezar o terço. Esses encontros aconteciam aos domingos e, a partir deles, os fiéis decidiram realizar leilões para angariar fundos para a construção de uma capela. Foi no ano de 1942[3] que, a pedido do fazendeiro Sr. João de Matos, edificou-se de frente para a Lagoa uma capela de pau-a-pique dedicada à São Sebastião, tradicional padroeiro de povoados rurais. Pouco tempo depois, esta construção deu lugar a uma capela de alvenaria, edificada pelos moradores Olinto Borges, Osório Maria e João Matos, que permaneceu como principal templo religioso do povoado até ser demolida na década de 70 do século XX. Após a demolição foi edificada a atual Igreja Matriz de São Sebastião que, contrariamente à original, possui a frente voltada para a principal avenida da cidade, a Avenida Santos Dumond. Hoje em dia, porém, a população de Lagoa Grande está reunindo recursos para a edificação de um templo religioso que ocupe a mesma posição da capela que deu origem ao povoado, com a frente voltada para a Lagoa que deu nome à atual cidade.

O povoado de Lagoa Grande cresceu e se desenvolveu em torno dessa primitiva capela. Os primeiros moradores do local, citados anteriormente, Osório Maria, João de Matos e João Perfirio, cujas famílias viviam da criação de porcos, de gado, além de uma pequena produção de leite e do cultivo de milho, arroz, feijão, mandioca e cana-de-açúcar.

Os moradores vendiam e trocavam seus produtos por meio de comitivas que faziam em direção ao distrito de São Pedro de Ponte Firme e à cidade de Presidente Olegário, locais aos quais Lagoa Grande era inicialmente bastante dependente. Foi somente a partir da

---

[3]BANNA, Armando. LAGOA GRANDE: nossa gente, nossa história. Lagoa Grande: Grafipres, 2005.

década de 1950 e, sobremaneira a partir da década de 1970, que Lagoa grande passou a ter um maior desenvolvimento e autonomia.

Um dos primeiros indícios de que Lagoa Grande começava a se desenvolver foi a implantação de uma escola na região ainda na primeira metade do século XX. A escola foi criada como uma iniciativa particular do professor Geraldinho e pouco tempo depois passou a se chamar Escola Padre Anchieta. A primeira escola pública, a atual Escola Estadual Santa Terezinha de Lagoa Grande foi instalada em 1944, pelo então prefeito de Presidente Olegário, Abelardo Baeta Neves e regularizada pelo Decreto Lei nº 67, de 28 de dezembro de 1945. Além das escolas, vale destacar a construção do primeiro posto de atendimento farmacêutico criado em 1950 pelo Sr. Adauto Lima e transferido posteriormente para o Sr. Francisco Araújo da Silva, conhecido como "Chico Maranhão"[4].

A primeira metade do século XX foi de grande importância para o desenvolvimento de Lagoa Grande, mas foi a partir dos anos de 1970 e 1980 que o povoado cresceu a ponto de almejar sua emancipação. Em 1970, Lagoa Grande tinha uma população estimada em 923 habitantes e em 1980 já eram 2.991[5]. Em função desse crescimento e do próprio histórico do povoado, em 13 de maio de 1976, Lagoa Grande passou a ser distrito de Presidente Olegário, sendo que a solenidade de instalação se deu em 13 de novembro de 1977[6]. Ainda no ano de 1977, Lagoa Grande passou a contar além da Farmácia, com um Posto de Saúde e, no ano de 1979, recebeu seu primeiro Posto Policial.

A década de 1980, lagoa Grande passou por interessante desenvolvimento econômico. Além do crescimento do comércio, surgiu em 1983, uma filial da Cooperativa Mista Agropecuária de Patos de Minas Ltda., que começou sua atividade com 142 associados e uma produção leiteira de 5.700 litros de leite por dia. Já em 1985, a produção da Cooperativa passou para 25.000 litros e, atualmente, a cidade é referência na produção de

---

[4]MELO, Oliveira. PRESIDENTE OLEGÁRIO: Terra de esperança. Presidente Olegário: Prefeitura Municipal de Presidente Olegário. 1985. P. 210

[5] Dados fornecidos pela prefeitura de Lagoa Grande, de acordo com registros do arquivo municipal.

[6] CARTÓRIO DO PRIMEIRO OFÍCIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO: Certificado de instalação solene do Distrito de Lagoa Grande: Presidente Olegário.

leite, chegando tirar mais de 120.000 litros diários. A década citada ainda foi fortemente marcada pelo surgimento de serviços importantes como o fornecimento de energia pela CEMIG, datado de 7 de setembro de 1980, e o abastecimento de água pela COPASA, disponível desde 1983[7].

Lagoa Grande crescia e já não dependia tanto das cidades em seu entorno como em outrora. Surgiu então o desejo pela autonomia. O processo de emancipação de lagoa Grande pode ser dividido em dois períodos: de 1980 a 1987 e de 1987 a 1992.

No primeiro período ocorreu a mobilização da sociedade lagoagrandense para emancipar o distrito. Esses anos foram marcados pela organização do movimento emancipacionista, pela elaboração do requerimento de Emancipação e pelo atendimento das exigências colocadas pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais para a elevação do Distrito a Município. Nesta fase, além da ação conjunta de grande parte da população de Lagoa Grande, merece destaque a atuação do então deputado Geraldo da Costa Pereira, autor do projeto de requerimento junto à Assembleia Legislativa de Minas Gerais[8], a pedido do escrivão do Registro Civil de Ponte Firme, o Sr. José de Sousa Landin[9].

A luta pela emancipação começou no dia 13 de março de 1980, quando formada a Comissão Pró-emancipação do Distrito de Lagoa Grande. Esta era composta por alguns membros da população da cidade como: Wilson Jaques Martins, Élio Braga Coelho, Sebastião Gonçalves Cruzeiro, Pedro Carlos Moreira, Laudelino Coelho Guimarães Filho, Marcolino Rodrigues Galvão, José Moreira de Oliveira, João Batista Galvão, Ademar de Lélis Ferreira, Joaquim Coelho Guimarães Filho, Garcino Duarte Maciel, Antônio Higino de Oliveira, dentre inúmeras pessoas da comunidade que também contribuíram. Na primeira

---

[7]MELO, Oliveira. PRESIDENTE OLEGÁRIO: Terra de esperança. Presidente Olegário: Prefeitura Municipal de Presidente Olegário. 1985. P. 210

[8] ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS: Requerimento de emancipação do Distrito de Lagoa Grande. Belo Horizonte, 13 de março de 1980.

[9]ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS: Requerimento de emancipação do Distrito de Lagoa Grande. Belo Horizonte, 13 de março de 1980.

reunião da Comissão foi feita uma ata com a assinatura de todos os participantes para oficializar o início do processo emancipacionista.

Esses primeiros anos foram importantes para a organização e conseqüente criação de condições para que o distrito de Lagoa Grande se tornasse Município. Embora seja relevante destacar tal período, vale mencionar também que o projeto de emancipação ficou paralisado na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais até o ano de 1987. A partir do citado ano, o processo voltou a correr e a emancipação não tardou a se efetivar. Dando continuidade ao trabalho do deputado Geraldo da Costa, os deputados estaduais Elmiro do Nascimento e Bernardo Rubinger de Queiroz, tiveram importante atuação no processo de autonomia do município de Lagoa Grande em sua segunda fase. Outro apoio importante para esse processo ocorreu no final da década de 80 do século XX, quando foi constituída uma chapa para as eleições da Prefeitura de Presidente Olegário. Nesta, o candidato a prefeito foi Sr. Januário José Pinheiro, que teve como vice um morador de Lagoa Grande, o Sr, Zico Braga. Com a eleição dos dois, foi feito um acordo para que a Prefeitura de Presidente Olegário apoiasse o processo de emancipação que já estava em andamento.

No dia 14 de março de 1990, a Comissão de Assuntos Municipais e Planejamentos Regionais da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais avaliou os documentos para o processo de emancipação e deram parecer favorável[10]. Dois anos mais tarde, mais precisamente em 27 de abril de 1992, de acordo com o Decreto lei nº 1064, foi criado o município de Lagoa Grande.

Após a emancipação, lagoa Grande ganhou maior autonomia política para gerir as questões de interesse da coletividade. A cidade que completou 21 anos com um comércio independente e ativo com uma forte economia agropecuária, sustentada pela expressiva produção de leite e derivados, pelo rebanho bovino de corte que gira em torno de 55.000

[101010] ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS: Parecer para o primeiro turno do Projeto de Lei Complementar nº 3/91 – parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça, assuntos Municipais e Regionalização.

cabeças e pelos 6.000 hectares irrigados, com uma produção anual de 65.000 toneladas de milho, feijão e soja.

Atualmente, a cidade possui diversas escolas, Estaduais e Municipais presentes tanto na zona urbana como na zona rural, oferecendo educação infantil, ensino fundamental e médio, além de educação para jovens e adultos. Para a população da zona rural, a prefeitura disponibiliza também o transporte escolar a fim de garantir o acesso às escolas. Iniciativas que fizeram com que o município baixasse consideravelmente o índice de analfabetismo.

Na área da saúde, os moradores contam com um centro de atendimento médico de porte mediano. O processo de urbanização está em fase de implementação, em um projeto que, de acordo com a prefeitura, busca equalizar as questões legais e práticas. A cidade possui atualmente um grande Parque de Exposições Agropecuário, além de locais de encontro e sociabilidade como as praças João de Matos e Sete de Setembro, e os bares e restaurantes da região central da cidade. Além disso, está sendo construída a nova Igreja São Sebastião, com a frente voltada para a Lagoa, assim como a primeira capela edificada no surgimento do povoado. É notável, portanto, o fato de que a cidade vem se desenvolvendo, buscando construir sua identidade e a manter suas tradições por meio do resgate de sua história.

8. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

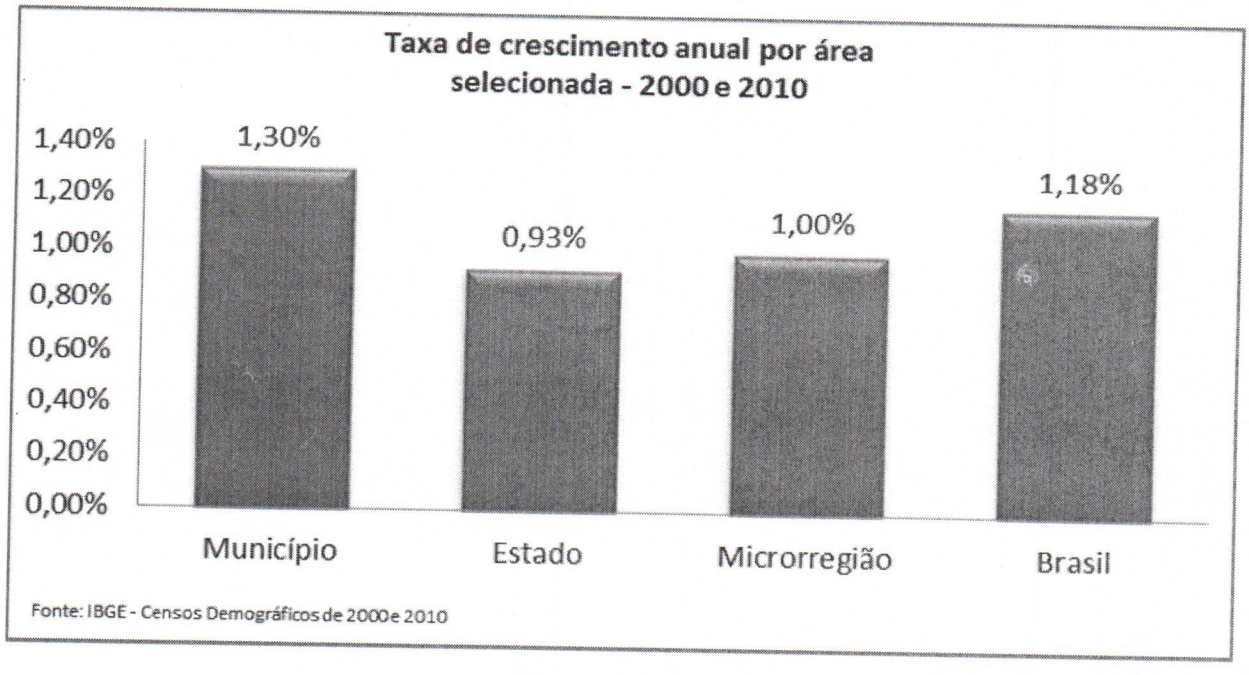
8.1 DEMOGRAFIA

A população do município ampliou, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de 1,30% ao ano, passando de 7.584 para 8.631 habitantes. Essa taxa foi superior àquela registrada no Estado, que ficou em 0,93% ao ano e superior à cifra de 1,06% ao ano da Região Sudeste.

A taxa de urbanização apresentou alteração no mesmo período. A população urbana em 2000 representava 72,02% e em 2010 a passou a representar 74,24% do total.

A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que cresceu 6,0% em média ao ano. Em 2000, este grupo representava 6,2% da população, já em 2010 detinha 9,7% do total da população municipal.

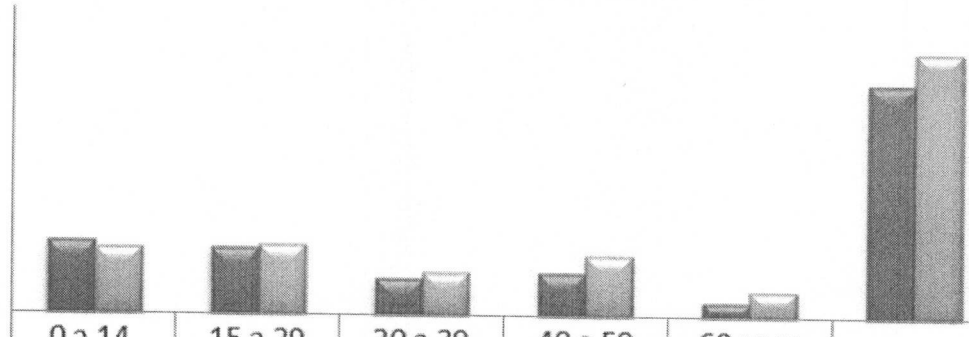
O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010, com média de -0,9% ao ano. Crianças e jovens detinham 31,3% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 2.374 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 25,2% da população, totalizando 2.177 habitantes.



A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento populacional (em média 1,64% ao ano), passando de 4.768 habitantes em 2000 para 5.613 em 2010. Em 2010, este grupo representava 65,0% da população do município.

Para saber mais acerca da temática demográfica do seu município, consulte o aplicativo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome:

População residente no município por faixa etária - 2000 e 2010



	0 a 14 anos	15 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais	Total
2000	2.374	2.191	1.178	1.399	468	7.610
2010	2.177	2.255	1.391	1.967	841	8.631

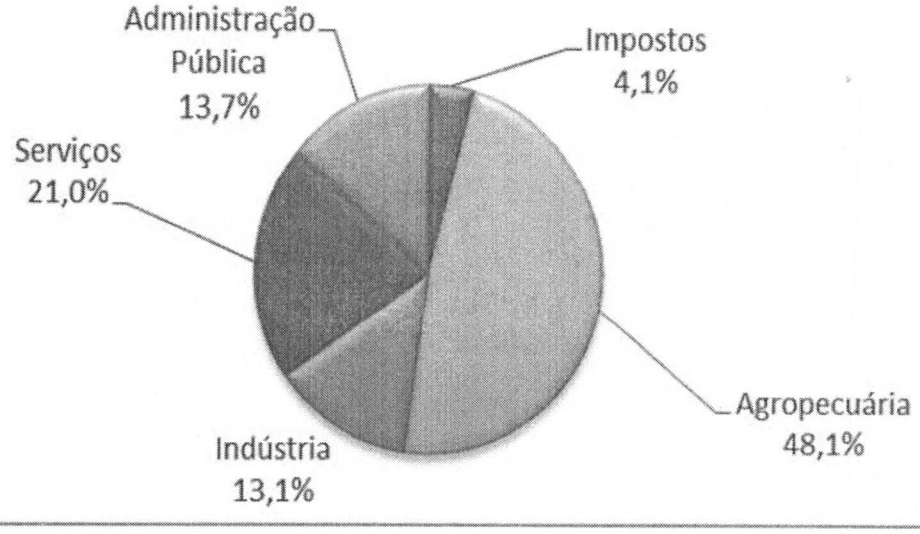
Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 2000 e 2010

9. ASPECTOS ECONÔMICOS

9.1 PRODUÇÃO ECONÔMICA

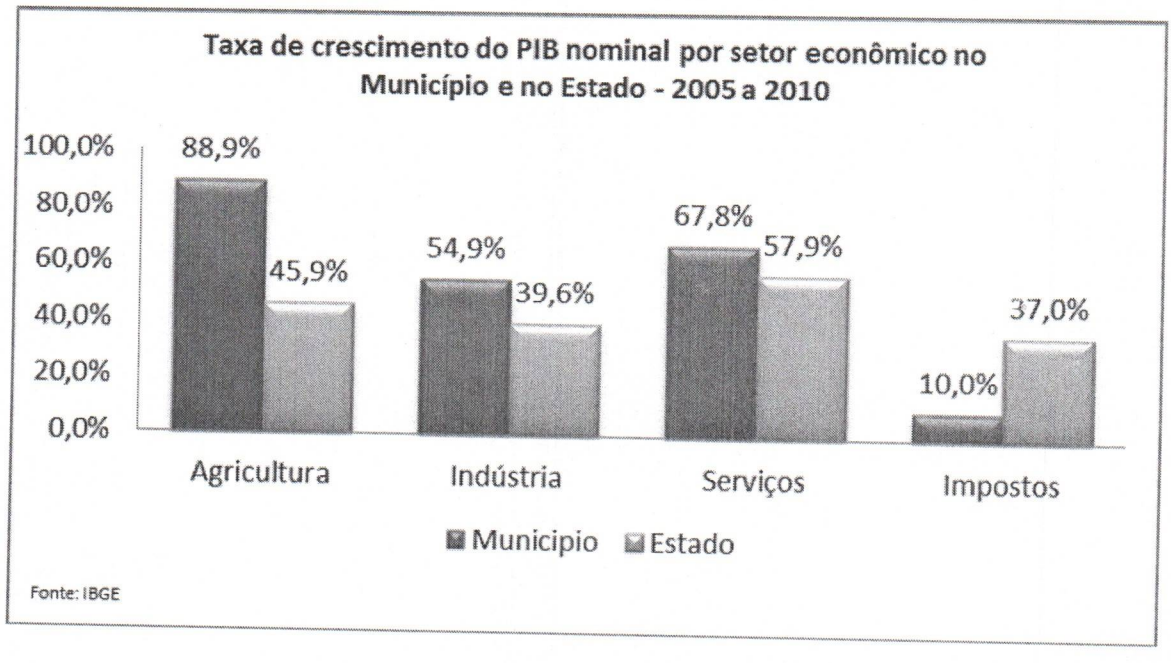
Entre 2005 e 2010, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 72,3%, passando de R$ 66,2 milhões para R$ 114,0 milhões. O crescimento percentual foi superior ao verificado no Estado, que foi de 49,0%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual aumentou de 0,03% para 0,04% no período de 2005 a 2010.

Participação dos setores econômicos no Produto Interno Bruto do Município - 2010



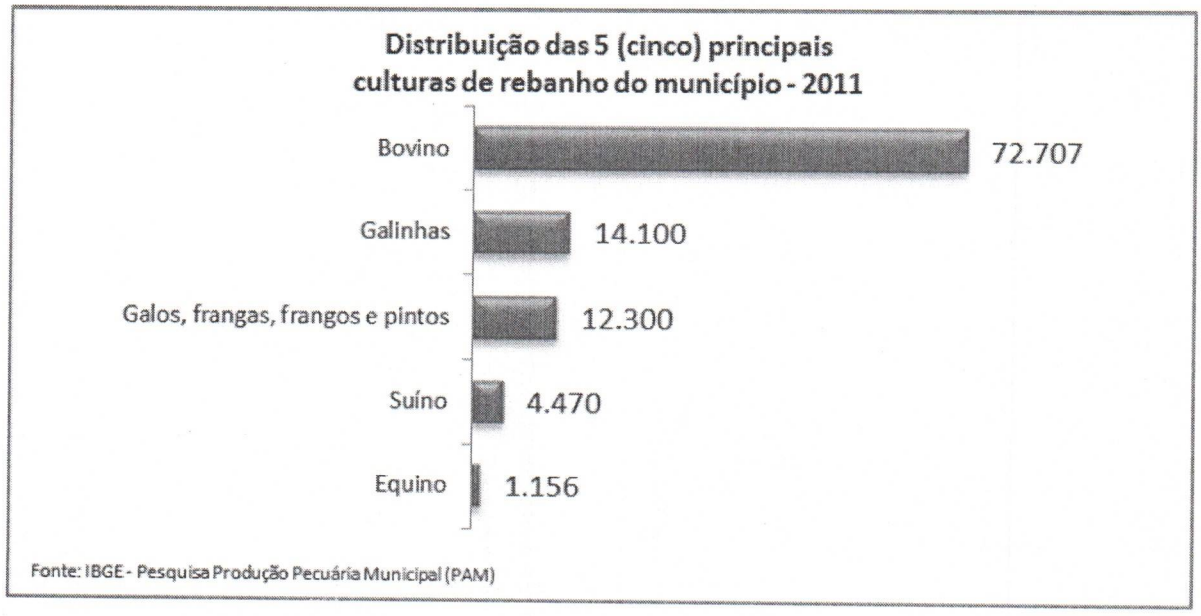
Fonte: IBGE

A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de Agropecuário, o qual respondia por 49,3% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 11,3% em 2010, contra 12,6% em 2005. Variação contrária à verificada no Estado, em que a participação industrial cresceu de 12,6% em 2005 para 26,4% em 2010.

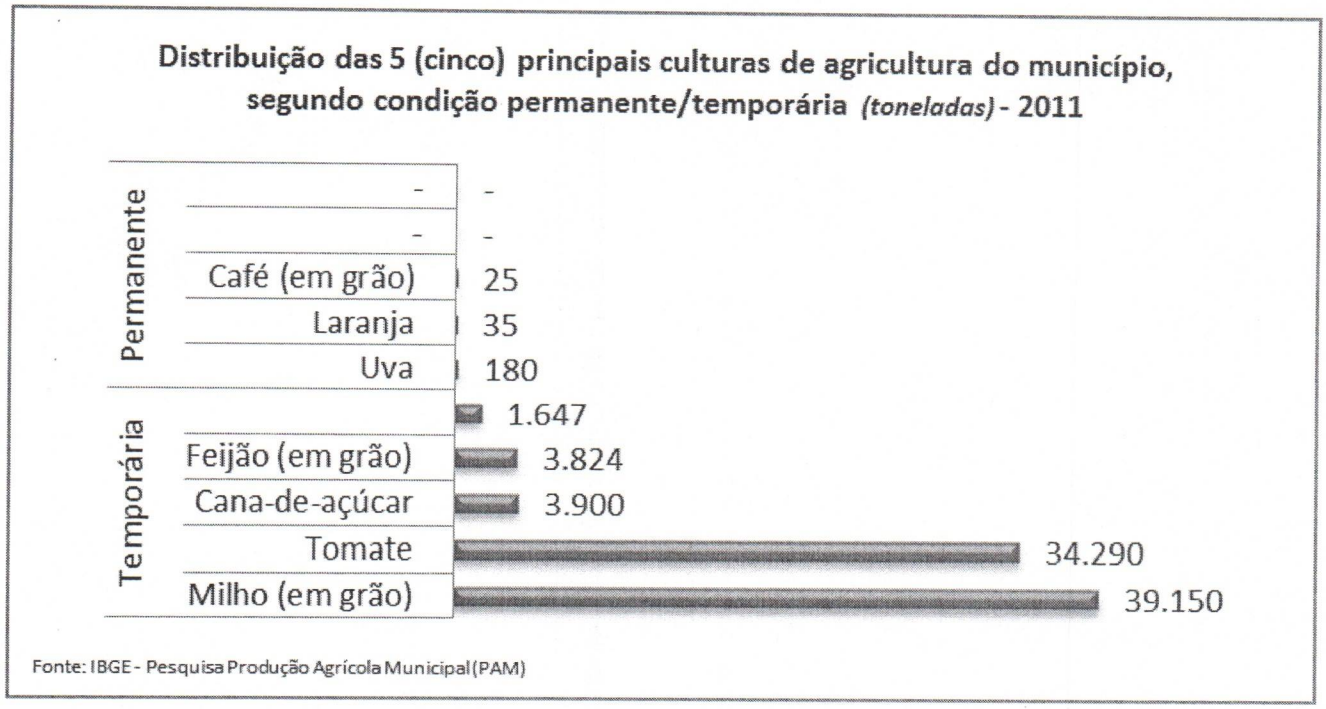


10. PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Quando analisamos os aspectos econômicos do município, é importante levar em consideração, dentre outros fatores, a sua capacidade de geração de renda através de atividades nas áreas da pecuária e agricultura. No caso da pecuária, dados coletados da Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, referentes a 2011, apontam que as 5 (cinco) principais culturas de rebanho local são as indicadas no gráfico abaixo:



Além do campo da pecuária, a supracitada pesquisa também fornece dados acerca da área de agricultura local. Neste caso, foram coletados dados acerca das 5 (cinco) principais culturas de agricultura do município, divididas entre aquelas permanentes e aquelas temporárias, conforme demonstrado no gráfico que segue:



11. AGRICULTURA FAMILIAR

O município possuía 475 agricultores familiares em 2006, que correspondia a 84% dos seus produtores. Esses agricultores familiares acessavam a 20% da área, ocupavam 50% da mão-de-obra do setor e participavam com 16% do valor da produção agropecuária municipal.

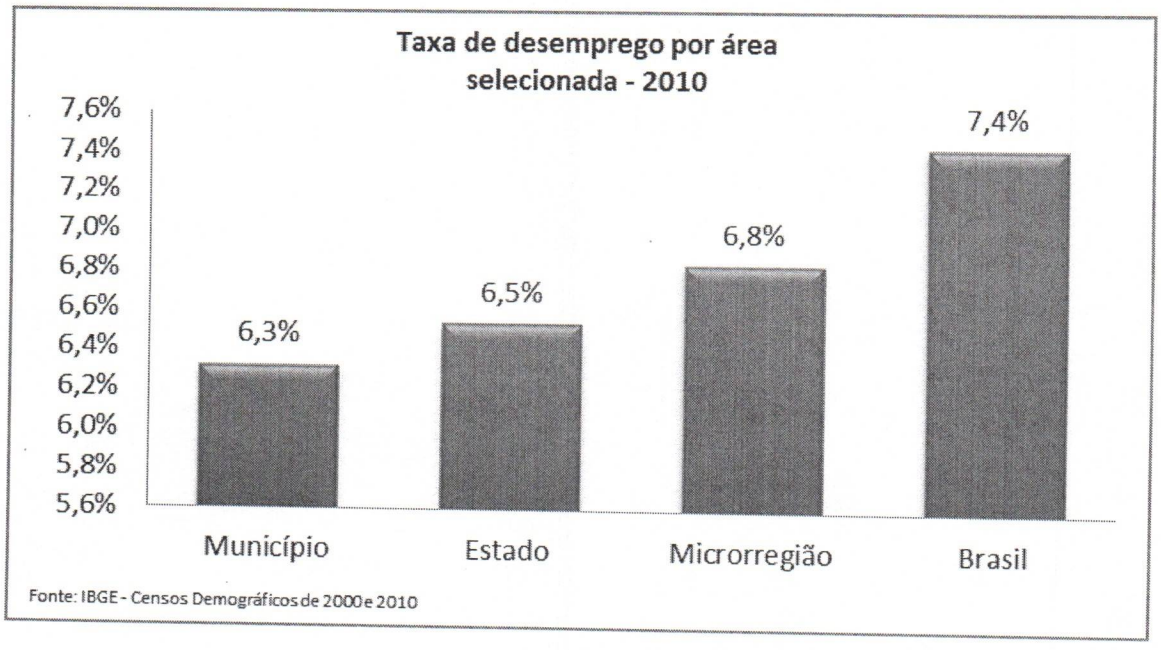
Atualmente, temos 307 agricultores familiares cadastrados com DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) neste município. A tabela abaixo apresenta esses dados relativos também ao seu Estado e ao Brasil: Quantidade de agricultores cadastrados com **DAP** (Declaração de Aptidão ao Pronaf)

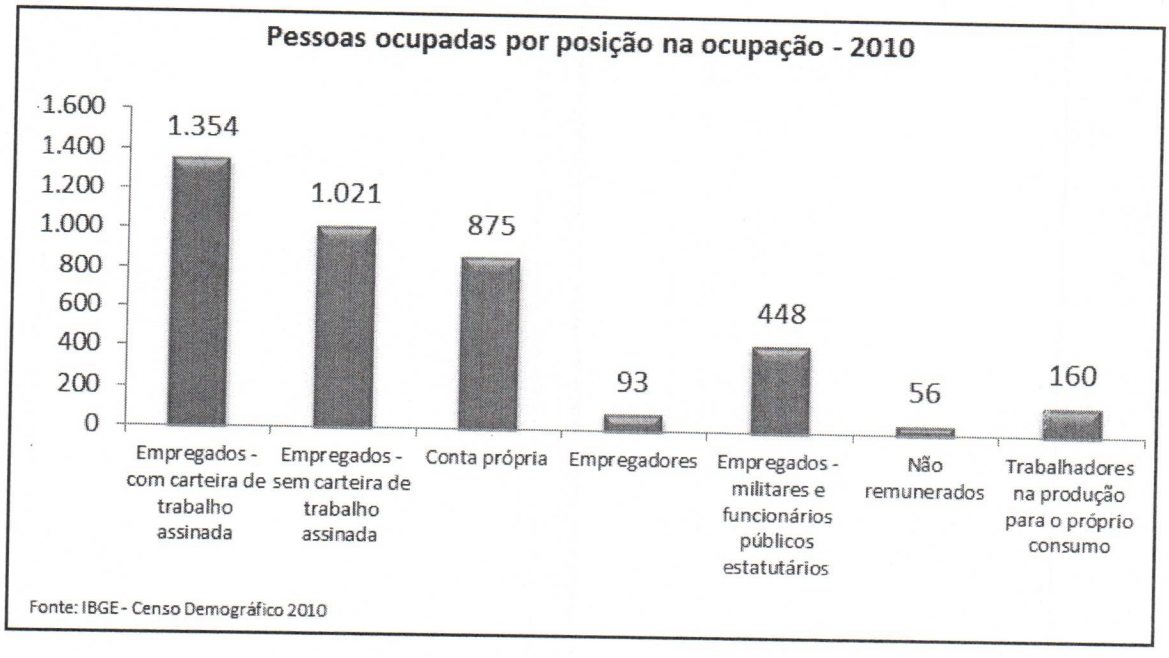
Município	307
Estado	355.100
Brasil	4.395.395

12. MERCADO DE TRABALHO

Conforme dados do último Censo Demográfico, o município, em agosto de 2010, possuía 4.288 pessoas com 10 anos ou mais de idade economicamente ativas, sendo que 4.008 estavam ocupadas e 281 desocupadas. A taxa de participação ficou em 58,7% e a taxa de desocupação municipal foi de 6,6%.

No tocante à taxa de desemprego, o gráfico abaixo fornece indicativos de maneira comparativa:





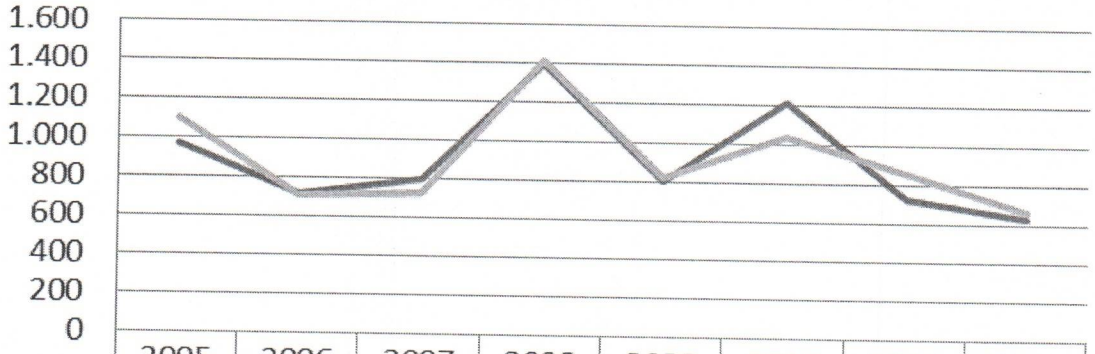
A distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação mostra que 33,8% tinham carteira assinada, 25,5% não tinham carteira assinada, 21,8% atuam por conta própria e 2,3% de empregadores. Servidores públicos representavam 11,2% do total ocupado e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 5,4% dos ocupados.

Das pessoas ocupadas, 6,3% não tinham rendimentos e 55,6% ganhavam até um salário mínimo por mês.

O valor do rendimento médio mensal das pessoas ocupadas era de R$ 858,51. Entre os homens, o rendimento era de R$ 1.065,77 e entre as mulheres de R$ 572,59, apontando uma diferença de 86,13% maior para os homens.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho formal do município apresentou, por apenas três anos, saldo positivo na geração de novas ocupações entre 2005 e 2012. O número de vagas perdidas neste período foi de 83. No último ano, as admissões registraram 627.

Admitidos e desligados no Município - 2005 a 2012



	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Admitido	970	717	798	1.394	805	1.214	728	627
Desligado	1.101	709	729	1.412	821	1.037	859	668

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

O mercado de trabalho formal em 2010 totalizava 1.215 postos, 76,3% a mais em relação a 2004. O desempenho do município ficou acima da média verificada para o Estado, que cresceu 39,4% no mesmo período.

Para saber mais acerca da temática, mercado de trabalho do seu município, consulte o aplicativo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome:

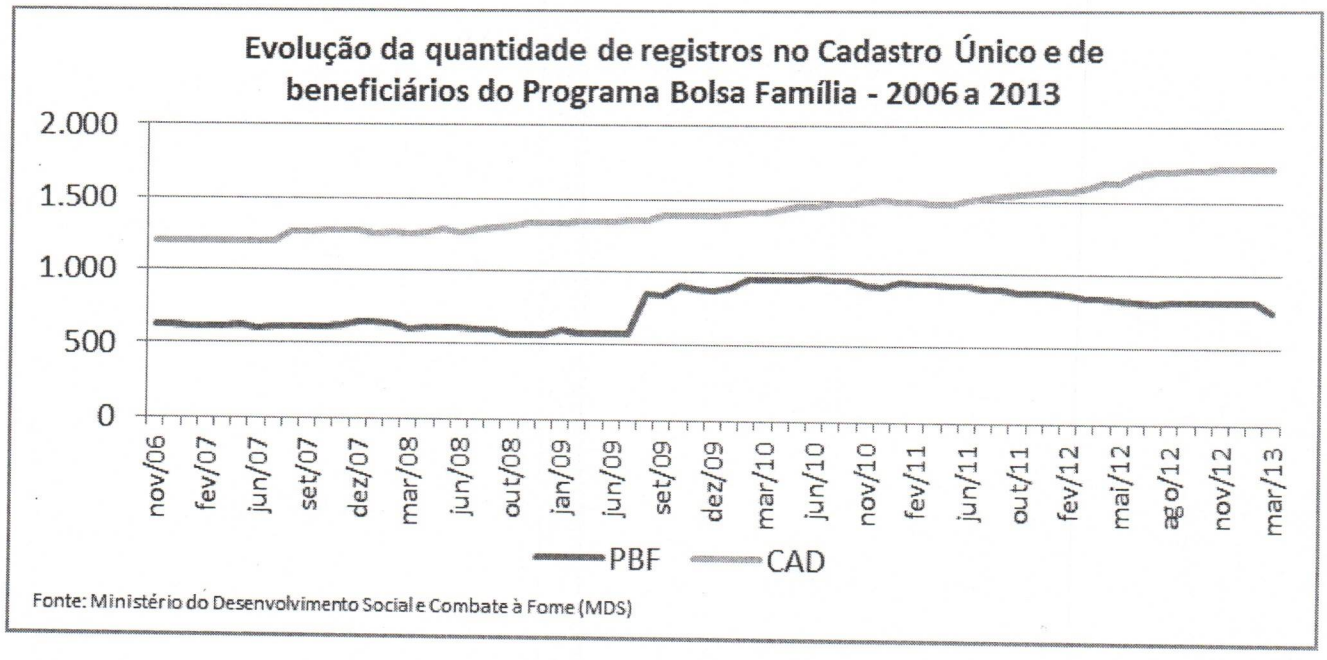
13. ASPECTOS SOCIAIS

13.1 POBREZA E TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Conforme dados do último Censo Demográfico, no município, em agosto de 2010, a população total era de 8.631 residentes, dos quais 302 se encontravam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar *per capita* abaixo de R$ 70,00. Isso significa que 3,5% da população municipal vivia nessa situação. Do total de extremamente pobres, 52 (17,1%) viviam no meio rural e 250 (82,9%) no meio urbano.

No acompanhamento do Plano Brasil Sem Miséria, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) utiliza as informações do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Ele provê dados individualizados, atualizados no máximo a cada dois anos, sobre os brasileiros com renda familiar de até meio salário mínimo *per capita*, permitindo saber quem são, onde moram, o perfil de cada um dos membros das famílias e as características dos seus domicílios.

De acordo com os registros de março de 2013 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de abril de 2013 do Programa Bolsa Família, o município conta com 1.730 famílias registradas no Cadastro Único e 748 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (43,24% do total de cadastrados). O gráfico mostra a evolução desses cadastros para o seu município:

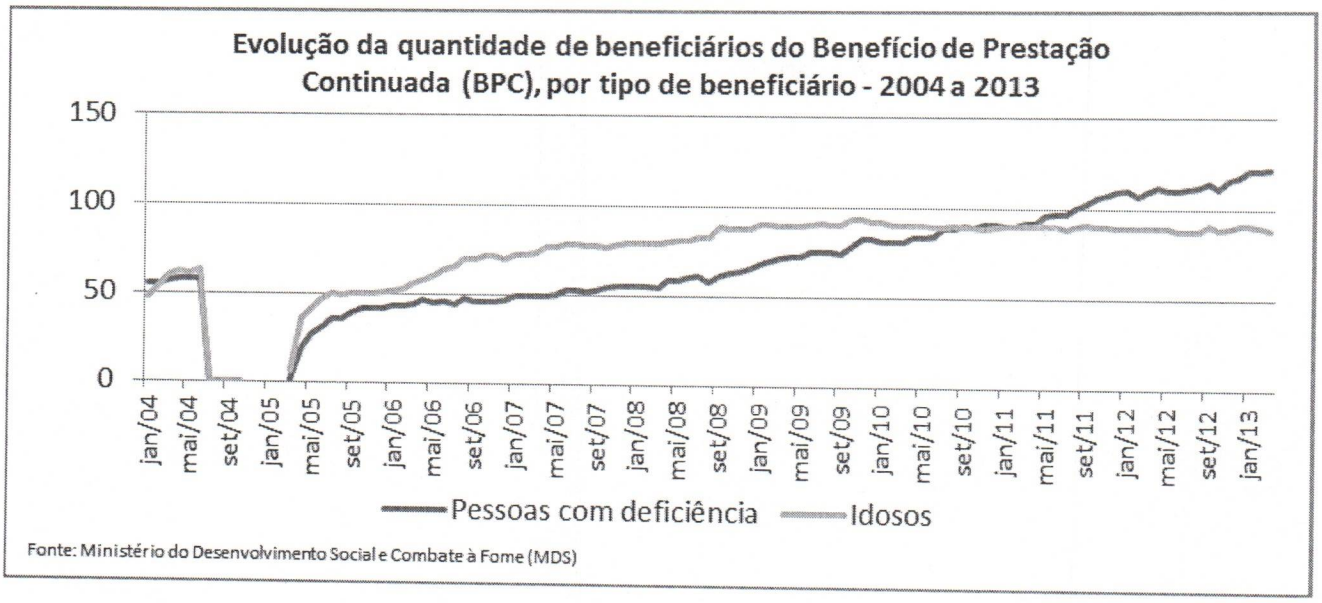


O município apresenta uma cobertura cadastral que supera as estimativas oficiais, de maneira que a gestão municipal do Cadastro Único deve concentrar esforços na qualificação das informações registradas e na atualização dos dados familiares. Com isso, o município poderá abrir espaço para incluir no Bolsa Família as famílias em extrema pobreza já cadastradas e que ainda não recebem os benefícios.

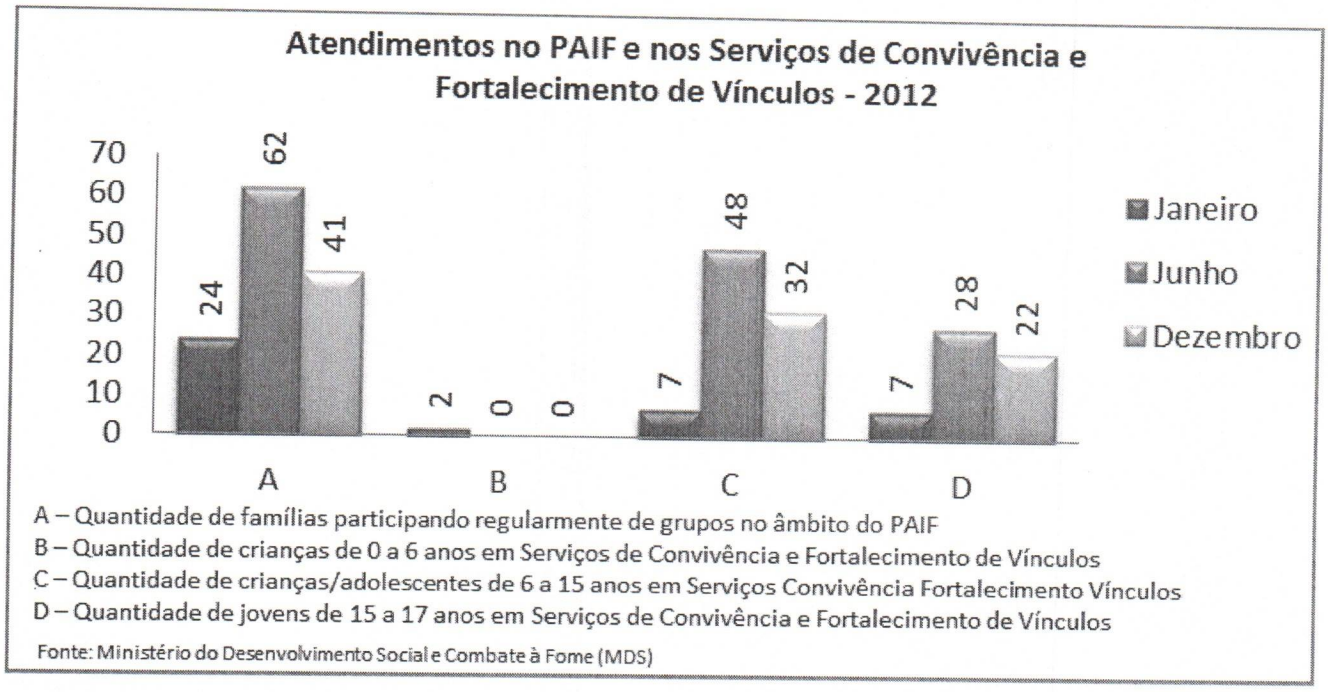
De junho de 2011 a janeiro de 2013, o município inscreveu no Cadastro Único e incluiu no Programa Bolsa Família 16 famílias em situação de extrema pobreza.

14. ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os atendimentos realizados no âmbito da rede sócio assistencial também são importantes elementos para o diagnóstico do perfil social do seu município. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) constitui uma das mais importantes ferramentas de distribuição de renda no âmbito da assistência social, tendo sido instituído ainda na Constituição Federal de 1988. No seu município, o gráfico abaixo confere informações acerca da quantidade de beneficiários de BPC considerando o período de 2004 a 2013, por tipo de beneficiário:

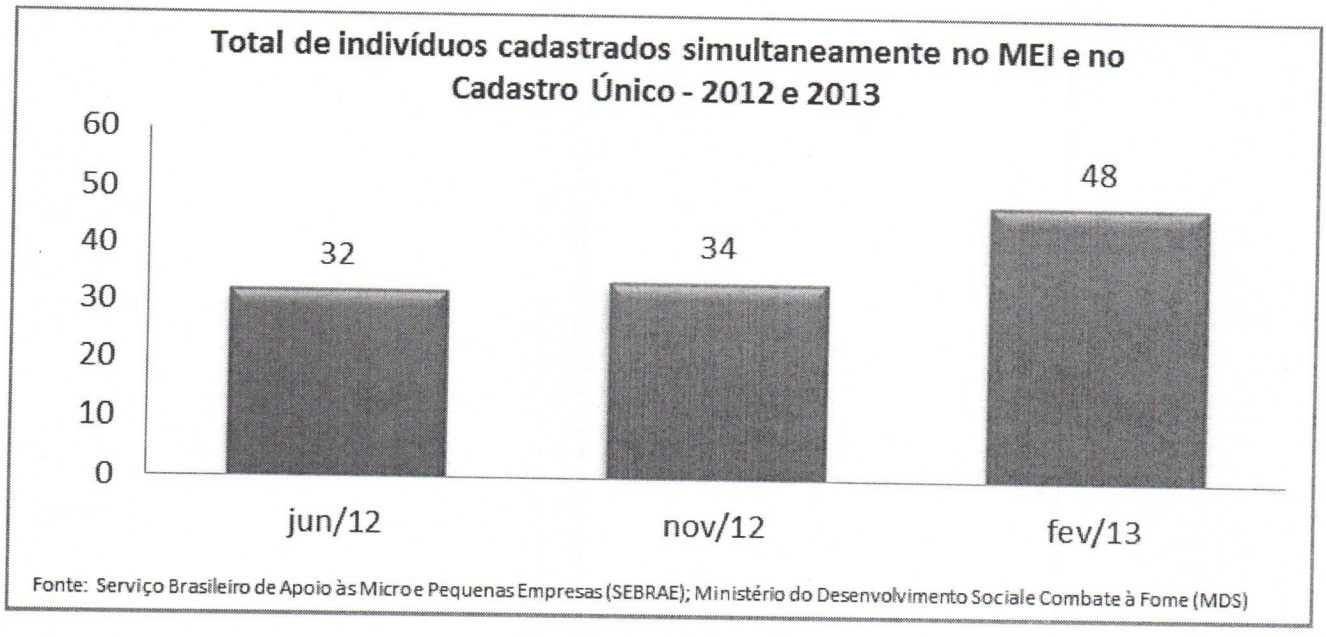


Além do BPC, a Assistência Social desenvolve diversos tipos de programas, ações e atendimentos, especialmente considerando seus espaços institucionais, como é o caso dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). O gráfico abaixo apresenta os principais indicadores de atendimento nesse âmbito, considerando os dados coletados no Censo SUAS do MDS para o ano de 2012:

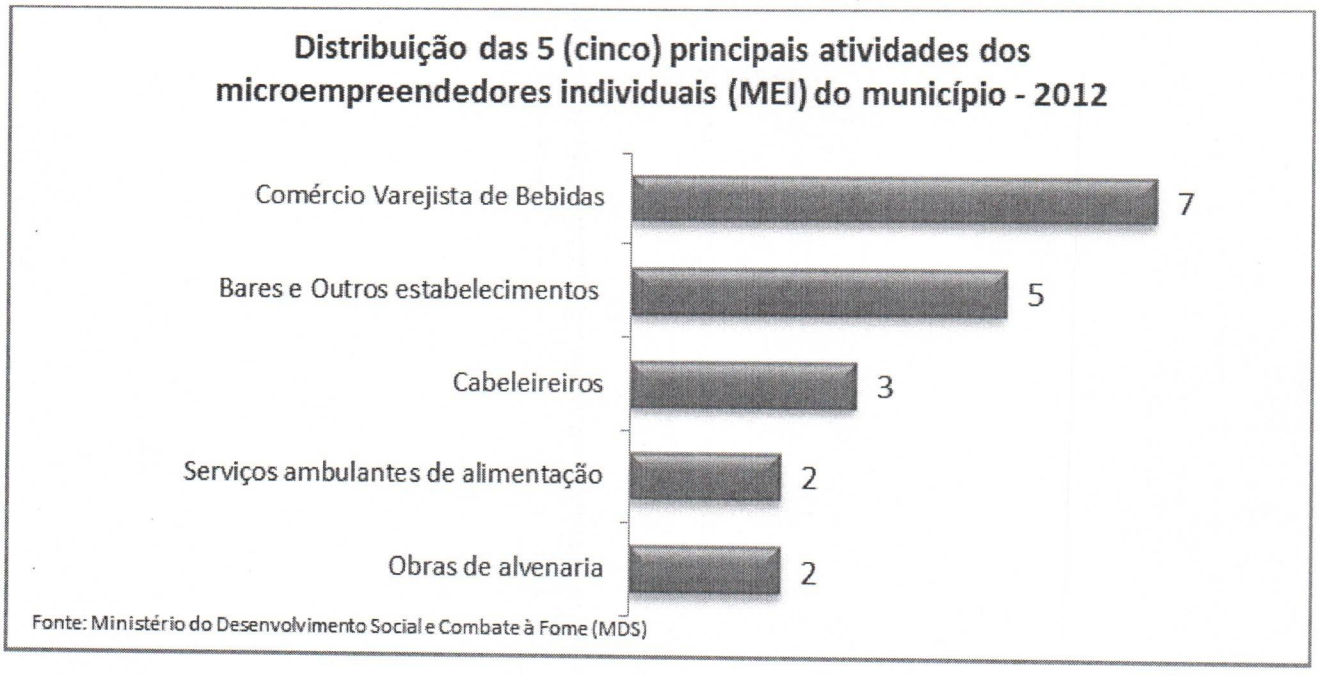


15. INCLUSÃO PRODUTIVA

Além dos aspectos de cadastramento no Cadastro Único, no Bolsa Família e de atendimento sócio assistencial, é importante analisar, também, o perfil ocupacional dos indivíduos que fazem parte desse conjunto. Para isso, foram analisados os dados mais atualizados do programa de Microempreendedores Individuais (MEI). Em fevereiro de 2013, o município contava com 98 pessoas cadastradas como MEI. Desse total, foi possível encontrar, também, indivíduos cadastrados simultaneamente no Cadastro Único. O gráfico abaixo mostra a evolução do total destes indivíduos, que estão cadastrados tanto no Cadastro Único, quanto no MEI, para os meses de junho de 2012, novembro de 2012 e fevereiro de 2013:



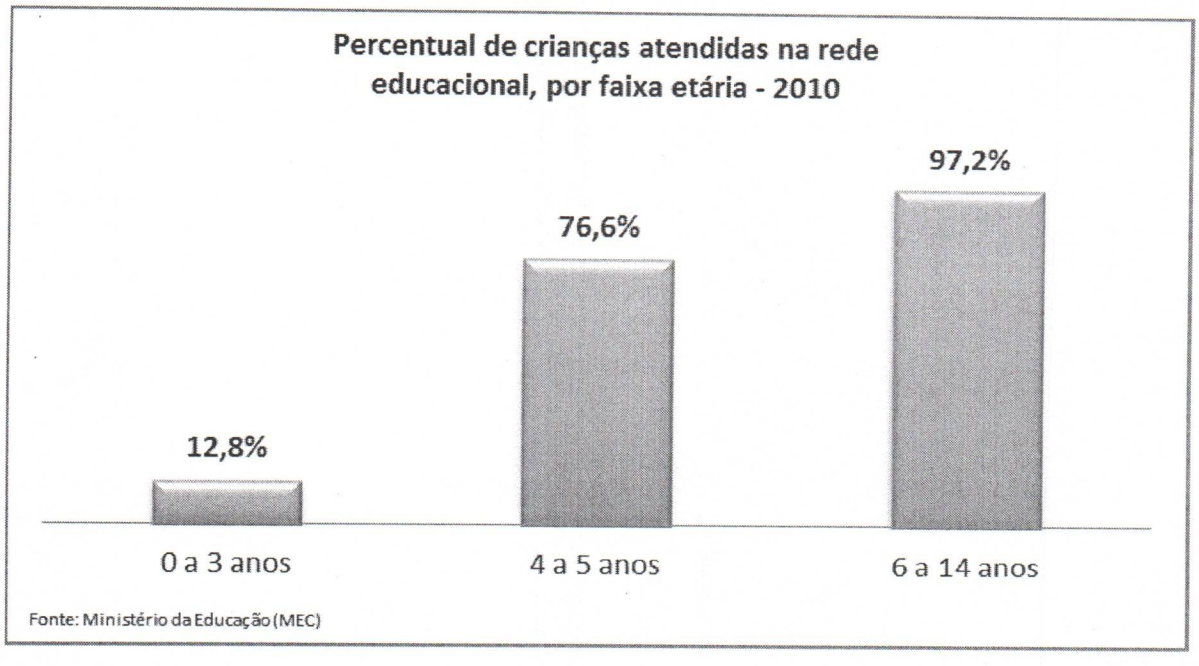
Quando consideramos os indivíduos cadastrados simultaneamente no Cadastro Único e no programa MEI, foi possível observar, para o seu município, as 5 (cinco) principais atividades econômicas por eles desenvolvidas, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



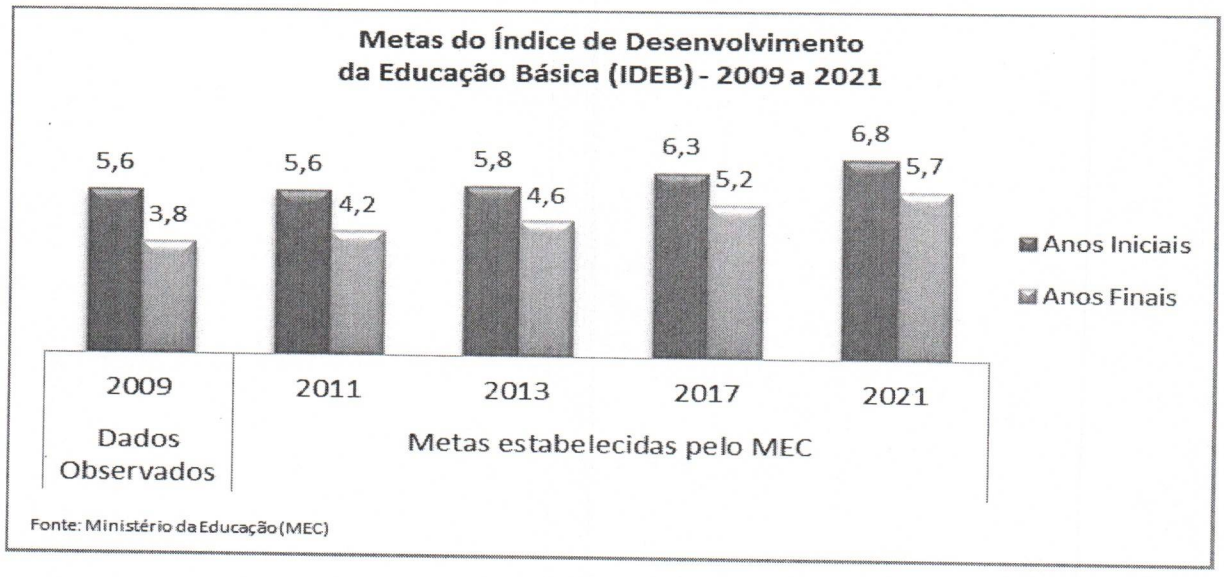
16. EDUCAÇÃO

Conforme dados do último Censo Demográfico, no município, em agosto de 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 10,1%. Na área urbana, a taxa era de 10,2% e na zona rural era de 9,8%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 1,8%.

No que concerne à taxa de atendimento da rede educacional do município, os dados do Censo foram calculados por faixa etária, conforme se observa no gráfico abaixo:



Foram calculadas, também, metas para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), conforme se observa no gráfico abaixo:



17. ASPECTOS DE GESTÃO MUNICIPAL

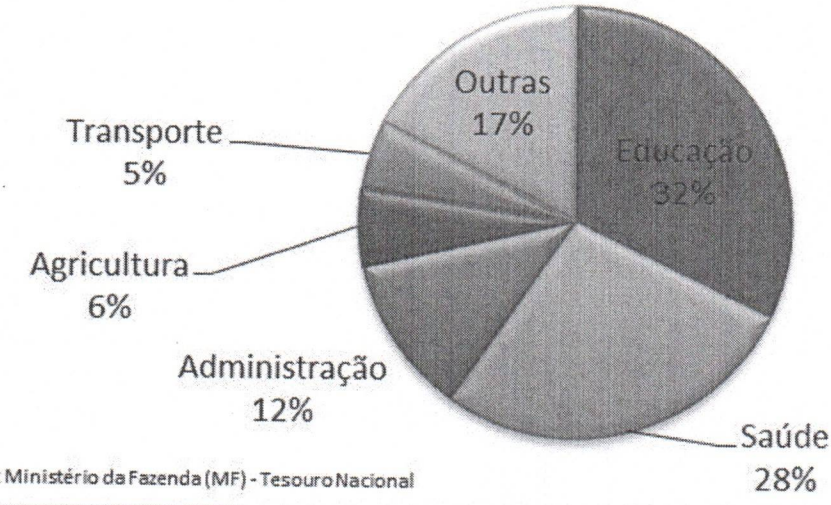
17.1 FINANÇAS PÚBLICAS

A receita orçamentária do município passou de R$ 5,7 milhões em 2005 para R$ 8,3 milhões em 2011, o que retrata uma alta de 46,8% no período ou 10,07% ao ano.

A proporção das receitas próprias, ou seja, geradas a partir das atividades econômicas do município, em relação à receita orçamentária total, passou de 7,83% em 2005 para 7,26% em 2011, e quando se analisa todos os municípios juntos do estado, a proporção aumentou de 24,48% para 23,71%.

A dependência em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) aumentou no município, passando de 49,93% da receita orçamentária em 2005 para 53,08% em 2011. Essa dependência foi superior àquela registrada para todos os municípios do Estado, que ficou em 23,76% em 2011.

Distribuição percentual das 5 (cinco) principais despesas do município - 2011



Fonte: Ministério da Fazenda (MF) - Tesouro Nacional

As despesas com saúde, educação, administração, urbanismo e legislativa foram responsáveis por 81,92% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 3,71% do orçamento total, valor esse superior à média de todos os municípios do estado, de 3,20%.

18. INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS SOBRE O MUNICÍPIO DE LAGOA GRANDE

Tabela 1. Informações sobre o Município de Lagoa Grande

População(1) (Localização / Faixa Etária)	Ano	0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 34 anos	35 anos ou Mais	Total
Urbana	2000	433	205	1.030	377	749	922	1.764	5.480
	2007	473	287	1.102	347	785	1.137	2.242	6.383
	2010	355	185	1.079	343	806	1.072	2.568	6.408
Rural	2000	165	102	438	124	264	361	675	2.129
	2007	151	91	376	146	292	326	807	2.189
	2010	120	61	377	130	256	347	932	2.223
Total	2000	598	307	1.468	501	1.013	1.283	2.439	7.609
	2007	624	378	1.478	493	1.087	1.463	3.049	8.572
	2010	475	246	1.456	473	1.062	1.419	3.500	8.631

PIB(2)	IDH(3)	IDI(4)	Taxa de analfabetismo(5)	
			População de 10 a 15 anos	População de 15 anos ou mais
110.310	0.72	0.60	2.00	14.60

Tabela 2. Taxa de Escolarização Líquida no Municipio de Lagoa Grande

Fundamental (7 a 14 anos)	Ensino Médio (15 a 17 anos)
65.40	45.16

FONTE:1) IBGE - CENSO DEMOGRÁFICO DE 2010.

Tabela 3. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB

		Ano	Anos Iniciais do Ensino Fundamental		Anos Finais do Ensino Fundamental		Ensino Médio	
			IDEB Observado	Metas	IDEB Observado	Metas	IDEB Observado	Metas
	Total	2005	3.8	-	3.5	-	3.4	-
		2007	4.2	3.9	3.8	3.5	3.5	3.4
		2009	4.6	4.2	4.0	3.7	3.6	3.5
		2011	5.0	4.6	4.1	3.9	3.7	3.7
		2021	-	6.0	-	5.5	-	5.2
	Rede Pública	2005	3.6	-	3.2	-	3.1	-
		2007	4.0	3.6	3.5	3.3	3.2	3.1
		2009	4.4	4.0	3.7	3.4	3.4	3.2

Rede Estadual do seu Estado	2005	4.9	-	3.6	-	3.4	-
	2007	4.9	5.0	3.7	3.6	3.5	3.5
	2009	5.8	5.3	4.1	3.8	3.9	3.6
	2021	-	6.8	-	5.6	-	5.2
Rede Estadual do seu Municipio	2005	-	3.7	-	-	-	-
	2007	4.3	3.9	3.7	-	-	-
	2009	6.2	3.8	3.9	-	-	4.5
	2011	6.1	4.9	4.1	4.2	-	-
	2021	-	-	5.7	-	-	6.2
Rede Municipal do seu Municipio	2005	4.8	-	-	-	-	-
	2007	5.0	-	-	-	-	4.8
	2009	5.4	-	-	-	-	5.2
	2011	6.1	5.6	-	-	-	-
	2021	-	-	-	-	-	6.8

Brasil	Rede Pública	2009	4.4	4.0	3.7	3.4	3.4	3.2
		2011	4.7	4.4	3.9	3.7	3.4	3.4
		2021	-	5.8	-	5.2	-	4.9
	Rede Estadual	2005	3.9	-	3.3	-	3.0	-
		2007	4.3	4.0	3.6	3.3	3.2	3.1
		2009	4.9	4.3	3.8	3.5	3.4	3.2
		2011	5.1	4.7	3.9	3.8	3.4	3.3
		2021	-	6.1	-	5.3	-	4.9
	Rede Municipal	2005	3.4	-	3.1	-	-	-
		2007	4.0	3.5	3.4	3.1	-	-
		2009	4.4	3.8	3.6	3.3	-	-
		2011	4.7	4.2	3.8	3.5	-	-
		2021	-	5.7	-	5.1	-	-
	Rede Privada	2005	5.9	-	5.8	-	5.6	-
		2007	6.0	6.0	5.8	5.8	5.6	5.6
		2009	6.4	6.3	5.9	6.0	5.6	5.7
		2011	6.5	6.6	5.0	6.2	5.7	5.8

Tabela 4-A. Resultado da Prova Brasil - Rede Estadual em Lagoa Grande

SÉRIE/ANO	Ano	Matemática	Língua Portuguesa	Padronização Matemática	Padronização Língua Portuguesa
4ª SÉRIE / 5º ANO	2005	-	-	-	-
	2007	187.74	165.98	4.88	4.25
	2009	235.56	207.89	6.70	5.78
8ª SÉRIE / 9º ANO	2005	241.08	224.38	4.70	4.15
	2007	259.25	239.25	5.31	4.64
	2009	254.58	242.87	5.15	4.76

Tabela 4-B. Resultado da Prova Brasil - Rede Municipal em Lagoa Grande

SÉRIE/ANO	Ano	Matemática	Língua Portuguesa	Padronização Matemática	Padronização Língua Portuguesa
4ª SÉRIE / 5º ANO	2005	200.92	190.23	5.38	5.14
	2007	207.48	186.79	5.63	5.01
	2009	220.96	192.80	6.14	5.23
8ª SÉRIE / 9º ANO	2005	-	-	-	-
	2007	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-

Tabela 5. Desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM - Redes em Lagoa Grande

Nível	Ano	Média da prova objetiva	Média Total (Redação e Prova Objetiva)
Rede Federal	2009		
Rede Estadual	2009	477.03	510.53
Rede Municipal	2009		
Rede Privada	2009		

Tabela 6-A. Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Estadual em Lagoa Grande

Ano	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
2007	0	0	0	1	0	1	1	0	1
2008	0	0	0	1	0	1	1	0	1
2009	0	0	0	1	0	1	1	0	1
2010	0	0	0	1	0	1	1	0	1
2011	0	0	0	1	0	1	1	0	1
2012	0	0	0	1	0	1	1	0	1
2013	0	0	0	1	0	1	1	0	1

Tabela 6-B. Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Municipal em Lagoa Grande

Ano	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
2007	2	3	5	2	3	5	0	0	0
2008	2	2	4	2	3	5	0	0	0
2009	2	2	4	2	2	4	0	0	0
2010	2	1	3	2	2	4	0	0	0
2011	2	2	4	2	2	4	0	0	0
2012	2	2	4	2	2	4	0	0	0
2013	2	1	3	2	1	3	0	0	0

NOTA:

AS INFORMAÇÕES DE CADA ESCOLA PODEM SER OBTIDAS NO SISTEMA DATA ESCOLA BRASIL, DO INEP / MEC. ACESSE AQUI

Tabela 7-A. Número de Escolas Rurais em Áreas Específicas - Rede Estadual em Lagoa Grande

Áreas	Ano	Número de Escolas
Escola do Campo	2007	-
	2008	-
	2009	-
	2010	-
	2011	-
	2012	-
	2013	-
Escola em Área de Assentamento	2007	-
	2008	-
	2009	-
	2010	-
	2011	-
	2012	-
	2013	-
	2007	-

	2013	-
Escola em Área Remanescente de Quilombola	2007	-
	2008	-
	2009	-
	2010	-
	2011	-
	2012	-
	2013	-
Escola Comunidade Indígena	2007	-
	2008	-
	2009	-
	2010	-
	2011	-
	2012	-
	2013	-

NOTA:

AS INFORMAÇÕES DE CADA ESCOLA PODEM SER OBTIDAS NO SISTEMA DATA ESCOLA BRASIL, DO INEP / MEC. ACESSE AQUI

Tabela 7-B. Número de Escolas Rurais em Áreas Específicas - Rede Municipal em Lagoa Grande

Áreas	Ano	Número de Escolas
Escola do Campo	2007	-
	2008	3
	2009	2
	2010	2
	2011	2
	2012	2
	2013	1
Escola em Área de Assentamento	2007	-
	2008	2
	2009	2
	2010	2
	2011	2
	2012	2
	2013	1

	2012	2
	2013	1
Escola em Área Remanescente de Quilombola	2007	-
	2008	-
	2009	-
	2010	-
	2011	-
	2012	-
	2013	-
Escola Comunidade Indígena	2007	-
	2008	-
	2009	-
	2010	-
	2011	-
	2012	-
	2013	-
NOTA:		

Tabela 8-A. Número de Escolas por Modalidade e Etapa de Ensino - Rede Estadual em Lagoa Grande

Modalidade/Etapa	Número de Escolas			
	Ano	Urbana	Rural	Total
CRECHE	2007	-	-	-
	2008	-	-	-
	2009	-	-	-
	2010	-	-	-
	2011	-	-	-
	2012	-	-	-
	2013	-	-	-
PRÉ-ESCOLA	2007	-	-	-
	2008	-	-	-
	2009	-	-	-
	2010	-	-	-
	2011	-	-	-
	2012	-	-	-
	2013	-	-	-

EJA - Fundamental - Anos Iniciais - Presencial	2007	-	-	-
	2008	-	-	-
	2009	-	-	-
	2010	-	-	-
	2011	-	-	-
	2012	-	-	-
	2013	-	-	-
EJA - Fundamental - Anos Iniciais - Semipresencial	2007	-	-	-
	2008	-	-	-
	2009	-	-	-
	2010	-	-	-
	2011	-	-	-
	2012	-	-	-
	2013	-	-	-
	2007	1	-	1
	2008	1	-	1
EJA - Fundamental de 1 a 8 - Presencial	2009	-	-	-
	2010	-	-	-
	2011	-	-	-
	2012	-	-	-
	2013	-	-	-
ENSINO MÉDIO	2007	1	-	1
	2008	1	-	1
	2009	1	-	1
	2010	1	-	1
	2011	1	-	1
	2012	1	-	1
	2013	1	-	1
EJA - ENSINO MÉDIO	2007	1	-	1
	2008	1	-	1
	2009	1	-	1
	2010	1	-	1
	2011	1	-	1

Tabela 8-B. Número de Escolas por Modalidade e Etapa de Ensino - Redes Municipais em Lagoa Grande				
Modalidade/Etapa	Número de Escolas			
	Ano	Urbana	Rural	Total
CRECHE	2007	2	-	2
	2008	1	-	1
	2009	1	-	1
	2010	1	-	1
	2011	1	-	1
	2012	1	-	1
	2013	1	-	1
PRÉ-ESCOLA	2007	1	3	4
	2008	1	2	3
	2009	1	2	3
	2010	1	1	2
	2011	1	2	3
	2012	1	2	3
	2013	1	1	2

EJA - Fundamental - Anos Iniciais - Presencial	2009	1	-	1
	2010	1	-	1
	2011	1	-	1
	2012	1	-	1
	2013	1	-	1
EJA - Fundamental - Anos Iniciais - Semipresencial	2007	-	-	-
	2008	-	-	-
	2009	-	-	-
	2010	-	-	-
	2011	-	-	-
	2012	-	-	-
	2013	-	-	-
EJA - Fundamental - Anos Finais - Presencial	2007	-	-	-
	2008	-	-	-
	2009	-	-	-
	2010	-	-	-
	2011	-	-	-

ANOS INICIAIS do Ensino Fundamental	2008	2	3	5
	2009	2	2	4
	2010	2	2	4
	2011	2	2	4
	2012	2	2	4
	2013	2	1	3
ANOS FINAIS do Ensino Fundamental	2007	-	-	-
	2008	1	-	1
	2009	-	-	-
	2010	-	-	-
	2011	-	-	-
	2012	-	-	-
	2013	-	-	-
EJA - Fundamental - Anos Iniciais - Presencial	2007	1	-	1
	2008	1	-	1
	2009	1	-	1
	2010	1	-	1

EJA - Fundamental - Anos Finais - Semipresencial	2011	-	-	-
	2012	-	-	-
	2013	-	-	-
EJA - Fundamental de 1 a 8 - Presencial	2007	-	-	-
	2008	-	-	-
	2009	-	-	-
	2010	-	-	-
	2011	-	-	-
	2012	-	-	-
	2013	-	-	-
	2007	-	-	-
	2008	-	-	-
	2009	-	-	-
	2010	-	-	-
	2011	-	-	-
	2012	-	-	-
	2013	-	-	-

ENSINO MÉDIO	2008	-	-	-
	2009	-	-	-
	2010	-	-	-
	2011	-	-	-
	2012	-	-	-
	2013	-	-	-
EJA - ENSINO MÉDIO	2007	-	-	-
	2008	-	-	-
	2009	-	-	-
	2010	-	-	-
	2011	-	-	-
	2012	-	-	-
	2013	-	-	-

Tabela 9-A. Matrículas por Modalidade, Etapa e Turno - Rede Estadual em Lagoa Grande

Modalidade/Etapa	Matrículas por Ano											
	Urbana						Rural					
	Ano	D-4	D+4	N-4	N+4	T	D-4	D+4	N-4	N+4	T	Total
CRECHE	2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRÉ-ESCOLA	2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	24	-	-	-	24	24
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ANOS INICIAIS do Ensino Fundamental	2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2008	155	-	-	-	155	75	-	-	-	75	230
	2009	177	-	-	-	177	-	-	-	-	-	177
	2010	-	165	-	-	165	-	-	-	-	-	165
	2011	164	-	-	-	164	-	-	-	-	-	164
	2012	176	-	-	-	176	-	-	-	-	-	176
	2013	-	-	-	-	-	-	154	-	-	154	154
ANOS FINAIS do Ensino Fundamental	2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2008	670	-	30	-	700	-	-	-	-	-	700
	2009	621	38	-	-	659	-	-	-	-	-	659
	2010	-	617	-	76	693	-	-	-	-	-	693
	2011	606	-	-	31	637	-	-	-	-	-	637
	2012	649	-	-	-	649	-	-	-	-	-	649
	2013	-	-	-	-	-	-	657	-	-	657	657
	2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

EJA - Fundamental - Anos Finais - Presencial	2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	158	158	-	-	-	-	-	158	
	2010	-	-	66	-	66	-	-	-	-	-	66	
	2011	-	-	-	53	53	-	-	-	-	-	53	
	2012	-	-	-	79	79	-	-	-	-	-	79	
	2013	-	-	-	-	-	-	-	63	-	63	63	
EJA - Fundamental - Anos Finais - Semipresencial	2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
EJA - Fundamental de 1 a 8 - Presencial	2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

EJA - Fundamental - Anos Iniciais - Presencial	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
EJA - Fundamental - Anos Iniciais - Semipresencial	2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
EJA - Fundamental - Anos Finais - Presencial	2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2009	-	-	-	158	158	-	-	-	-	-	158	
	2010	-	-	66	-	66	-	-	-	-	-	66	
	2011	-	-	-	53	53	-	-	-	-	-	53	

EJA - Fundamental de 1 a 8 - Presencial	2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ENSINO MÉDIO	2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2008	242	-	117	30	389	-	-	-	-	-	389
	2009	275	-	-	102	377	-	-	-	-	-	377
	2010	-	308	87	-	395	-	-	-	-	-	395
	2011	304	-	-	182	486	-	-	-	-	-	486
	2012	270	-	-	170	440	-	-	-	-	-	440
	2013	-	-	-	-	-	-	253	-	86	339	339

EJA - ENSINO MÉDIO	2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	91	91	-	-	-	-	-	91
	2012	-	-	-	67	67	-	-	-	-	-	67
	2013	-	-	-	-	-	-	-	26	-	26	26

LEGENDA PARA MATRÍCULAS POR TURNO:

D-4: DIURNO (INÍCIO DAS AULAS ANTES DAS 17H) - MENOS DE 4H/AULA/DIA
D+4: DIURNO (INÍCIO DAS AULAS ANTES DAS 17H) - 4H/AULA/DIA OU MAIS
N-4: NOTURNO (INÍCIO DAS AULAS A PARTIR DAS 17H) - MENOS DE 4H/AULA/DIA
N+4: NOTURNO (INÍCIO DAS AULAS A PARTIR DAS 17H) - 4H/AULA/DIA OU MAIS
T: TOTAL

Tabela 9-B. Matrículas por Modalidade, Etapa e Turno - Rede Municipal em Lagoa Grande

Modalidade/Etapa	Matrículas por Ano											
		Urbana					Rural					
	Ano	D-4	D+4	N-4	N+4	T	D-4	D+4	N-4	N+4	T	Total
CRECHE	2007	-	106	-	-	106	-	-	-	-	-	106
	2008	-	52	-	-	52	-	-	-	-	-	52
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	86	-	-	86	-	-	-	-	-	-
	2011	101	-	-	-	101	-	-	-	-	-	101
	2012	123	-	-	-	123	-	-	-	-	-	123
	2013	-	-	-	-	-	-	120	-	-	120	120
PRÉ-ESCOLA	2007	-	123	-	-	123	-	12	-	-	12	135
	2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	139	-	-	-	139	12	-	-	-	12	151
PRÉ-ESCOLA	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	139	-	-	-	139	12	-	-	-	12	151
	2012	203	-	-	-	203	10	-	-	-	10	213
	2013	-	6	-	-	6	-	197	-	-	197	203
ANOS INICIAIS do Ensino Fundamental	2007	-	553	-	-	553	-	71	-	-	71	624
	2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	576	-	-	-	576	75	-	-	-	75	651
	2012	489	-	-	-	489	61	-	-	-	61	550
	2013	-	40	-	-	40	-	504	-	-	504	544
ANOS FINAIS do Ensino Fundamental	2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011											
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

ANOS FINAIS do Ensino Fundamental	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011											
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EJA - Fundamental - Anos Iniciais - Presencial	2007	-	-	-	20	20	-	-	-	-	-	20
	2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	12	12	12
EJA - Fundamental - Anos Iniciais - Semipresencial	2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Tabela 10-A. Funções Docentes por Modalidade e Etapa de Ensino - Rede Municipal em Lagoa Grande (Cont.)

Modalidade/Etapa	Funções Docentes						
	Ano	C/Lic	C/Gr	C/EM	C/NM	S/EM	Total
CRECHE	2007	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-
PRÉ-ESCOLA	2007	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-

PRÉ-ESCOLA	2009	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-
ANOS INICIAIS do Ensino Fundamental	2007	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-
	2010	9	9	-	-	-	9
	2011	7	7	-	-	-	7
	2012	9	9	-	-	-	9
	2013	6	-	6	1	-	-
ANOS FINAIS do Ensino Fundamental	2007	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-
	2010	37	37	-	-	-	37
	2011	35	35	-	-	-	35
ANOS FINAIS do Ensino Fundamental	2010	37	37	-	-	-	37
	2011	35	35	-	-	-	35
	2012	35	35	1	-	-	36
	2013	34	1	35	-	-	-
EJA - Fundamental - Anos Iniciais - Presencial	2007	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-
EJA - Fundamental - Anos Iniciais - Semipresencial	2007	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-

EJA - Fundamental - Anos Finais - Presencial	2007	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-
	2010	10	10	-	-	-	10
	2011	12	12	-	-	-	12
	2012	7	7	-	-	-	7
	2013	10	-	10	-	-	-
EJA - Fundamental - Anos Finais - Semipresencial	2007	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-
	2007	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-
EJA - Fundamental de 1 a 8 - Presencial	2009	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-
ENSINO MÉDIO	2007	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-
	2010	31	31	1	-	-	32
	2011	31	31	1	-	-	32
	2012	26	26	-	-	-	26
	2013	25	2	27	-	-	-

EJA - ENSINO MÉDIO	2007	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	18	18	-	-	-	18
	2012	11	11	-	-	-	11
	2013	-	-	-	-	-	-

LEGENDA PARA FUNÇÕES DOCENTES: C/LIC - COM LICENCIATURA; C/GR - COM GRADUAÇÃO; C/EM - COM ENSINO MÉDIO; C/NM - COM NORMAL MÉDIO; S/EM - SEM ENSINO MÉDIO

Tabela 10-B. Funções Docentes por Modalidade e Etapa de Ensino - Rede Municipal em Lagoa Grande (Cont.)

Modalidade/Etapa	Funções Docentes						
	Ano	C/Lic	C/Gr	C/EM	C/NM	S/EM	Total
CRECHE	2007	1	1	1	3	-	5
	2008	1	1	-	2	-	3
	2009	4	4	-	5	-	9
	2010	3	3	1	3	-	7
	2011	10	10	2	3	-	15
	2012	22	22	1	3	-	26
	2013	18	2	20	2	3	-
PRÉ-ESCOLA	2007	5	5	-	3	-	8
	2008	-	-	-	12	-	12
	2009	1	1	-	12	-	13
	2010	3	3	-	7	-	10
	2011	11	11	-	-	-	11
	2012	10	10	-	-	-	10
	2013	10	-	10	-	-	-

	2012	10	10	-	-	-	10
	2013	10	-	10	-	-	-
ANOS INICIAIS do Ensino Fundamental	2007	21	21	1	16	-	38
	2008	23	23	1	19	-	43
	2009	23	23	1	20	-	44
	2010	15	15	1	18	-	34
	2011	31	31	-	3	-	34
	2012	23	23	-	3	-	26
	2013	23	-	23	-	2	-
ANOS FINAIS do Ensino Fundamental	2007	-	-	-	-	-	-
	2008	38	38	-	3	-	41
	2009	37	37	-	-	-	37
	2010	-	-	-	2	-	2
	2011	2	2	-	1	-	3
	2012	4	4	-	-	-	4
	2013	2	-	2	-	-	-

ANOS FINAIS do Ensino Fundamental	2007	-	-	-	-	-	-
	2008	38	38	-	3	-	41
	2009	37	37	-	-	-	37
	2010	-	-	-	2	-	2
	2011	2	2	-	1	-	3
	2012	4	4	-	-	-	4
	2013	2	-	2	-	-	-
EJA - Fundamental - Anos Iniciais - Presencial	2007	2	2	-	-	-	2
	2008	1	1	-	2	-	3
	2009	1	1	-	-	-	1
	2010	1	1	-	-	-	1
	2011	-	-	-	1	-	1
	2012	1	1	-	-	-	1
	2013	1	-	1	-	-	-
	2007	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-

	2013	1	-	1	-	-	-
EJA - Fundamental - Anos Iniciais - Semipresencial	2007	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-
EJA - Fundamental - Anos Finais - Presencial	2007	-	-	-	-	-	-
	2008	8	8	-	-	-	8
	2009	11	11	-	-	-	11
	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-

EJA - Fundamental - Anos Iniciais - Semipresencial	2007	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-
EJA - Fundamental - Anos Finais - Presencial	2007	-	-	-	-	-	-
	2008	8	8	-	-	-	8
	2009	11	11	-	-	-	11
	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-

ENSINO MÉDIO	2007	-	-	-	-	-	-
	2008	25	25	-	-	-	25
	2009	28	28	-	-	-	28
	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-
EJA - ENSINO MÉDIO	2007	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-

LEGENDA PARA FUNÇÕES DOCENTES: C/LIC - COM LICENCIATURA; C/GR - COM GRADUAÇÃO; C/EM - COM ENSINO MÉDIO; C/NM - COM NORMAL MÉDIO; S/EM - SEM ENSINO MÉDIO

Tabela 11-A. Condições de Atendimento Diurno - Rede Estadual em Lagoa Grande

Indicador	Ano	Educação Infantil		Anos Iniciais do Ensino Fundamental		Anos Finais do Ensino Fundamental		Ensino Médio		EJA(1) – Anos Iniciais do Ensino Fundamental		EJA(1) – Anos Finais do Ensino Fundamental	
		Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana
Média de alunos por turma	2007	-	-	24.0	24.0	-	34.4	-	32.6	-	-	-	-
	2008	-	-	22.1	22.1	-	31.9	-	34.6	-	-	-	-
	2009	-	-	25.3	25.3	-	31.4	-	34.4	-	-	-	-
	2010	-	-	23.6	23.6	-	32.7	-	30.8	-	-	-	-
	2011	-	-	23.4	23.4	-	31.9	-	30.4	-	-	-	-
	2012	-	-	25.1	25.1	-	32.5	-	33.8	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Média de alunos por turma	2007	-	-	4.5	4.5	-	4.5	-	4.5	-	-	-	-
	2008	-	-	4.5	4.5	-	4.5	-	4.5	-	-	-	-
	2009	-	-	4.5	4.5	-	4.5	-	4.5	-	-	-	-
	2010	-	-	4.5	4.5	-	4.5	-	4.5	-	-	-	-
	2011	-	-	4.5	4.5	-	4.5	-	4.5	-	-	-	-

Média de alunos por turma	2007	-	-	4.5	4.5	-	4.5	-	4.5	-	-	-	-
	2008	-	-	4.5	4.5	-	4.5	-	4.5	-	-	-	-
	2009	-	-	4.5	4.5	-	4.5	-	4.5	-	-	-	-
	2010	-	-	4.5	4.5	-	4.5	-	4.5	-	-	-	-
	2011	-	-	4.5	4.5	-	4.5	-	4.5	-	-	-	-
	2012	-	-	4.5	4.5	-	4.5	-	4.5	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

OBS:

Tabela 11-B. Condições de Atendimento Diurno - Rede Municipal em Lagoa Grande

Indicador	Ano	Educação Infantil		Anos Iniciais do Ensino Fundamental		Anos Finais do Ensino Fundamental		Ensino Médio		EJA(1) – Anos Iniciais do Ensino Fundamental		EJA(1) – Anos Finais do Ensino Fundamental	
		Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana
Média de alunos por turma	2007	4.0	19.1	5.1	18.4	-	-	-	-	-	-	-	-
	2008	15.0	16.9	9.0	22.0	-	16.0	-	-	-	-	-	-
	2009	7.0	17.9	6.8	24.3	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	13.0	20.8	9.0	22.7	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Média de horas-aula diária	2007	4.4	7.5	4.4	4.4	-	-	-	-	-	-	-	-
	2008	4.5	7.6	4.5	4.4	-	4.5	-	-	-	-	-	-
	2009	4.4	6.2	4.3	4.3	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	4.5	6.4	4.5	4.4	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Média de horas-aula diária	2007	4.4	7.5	4.4	4.4	-	-	-	-	-	-	-	-
	2008	4.5	7.6	4.5	4.4	-	4.5	-	-	-	-	-	-
	2009	4.4	6.2	4.3	4.3	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	4.5	6.4	4.5	4.4	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

OBS:
(1) - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Tabela 12-A. Condições de Atendimento - Noturno - Rede Estadual em Lagoa Grande

Indicador	Ano	Educação Infantil		Anos Iniciais do Ensino Fundamental		Anos Finais do Ensino Fundamental		Ensino Médio		EJA(1) – Anos Iniciais do Ensino Fundamental		EJA(1) – Anos Finais do Ensino Fundamental	
		Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana
Média de alunos por turma	2007	-	-	-	-	-	-	-	31.0	-	-	-	45.5
	2008	-	-	-	-	-	30.0	-	29.4	-	-	-	35.7
	2009	-	-	-	-	-	38.0	-	34.0	-	-	-	39.5
	2010	-	-	-	-	-	27.0	-	29.0	-	-	-	33.0
	2011	-	-	-	-	-	31.0	-	30.3	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	34.3	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Média de horas-aula diária	2007	-	-	-	-	-	-	-	4.5	-	-	-	2.3
	2008	-	-	-	-	-	4.5	-	4.3	-	-	-	2.8
	2009	-	-	-	-	-	4.5	-	3.8	-	-	-	2.8
	2010	-	-	-	-	-	4.0	-	3.7	-	-	-	2.3
	2011	-	-	-	-	-	4.5	-	3.7	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	4.5	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

OBS:
(1) - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Tabela 12-B. Condições de Atendimento - Noturno - Rede Municipal em Lagoa Grande

Indicador	Ano	Educação Infantil		Anos Iniciais do Ensino Fundamental		Anos Finais do Ensino Fundamental		Ensino Médio		EJA(1) – Anos Iniciais do Ensino Fundamental		EJA(1) – Anos Finais do Ensino Fundamental	
		Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana
Média de alunos por turma	2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.0	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16.0	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.0	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.0	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Média de horas-aula diária	2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.3	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.3	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.3	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.3	-	-
	2011												
Média de horas-aula diária	2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.3	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.3	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.3	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.3	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

OBS:
(1) - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Tabela 13-A. Taxas de Rendimento - Rede Estadual em Lagoa Grande

SÉRIE/ANO	Ano	Taxa Aprovação		Taxa Reprovação		Taxa Abandono	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1ª série / 2º ano do EF	2008	100.00	-	0.00	-	0.00	-
	2009	100.00	-	0.00	-	0.00	-
	2010	100.00	-	0.00	-	0.00	-
	2011	100.00	-	0.00	-	0.00	-
	2012	100.00	-	0.00	-	0.00	-
2ª série / 3º ano do EF	2008	97.40	-	2.60	-	0.00	-
	2009	96.60	-	3.40	-	0.00	-
	2010	86.00	-	14.00	-	0.00	-
	2011	100.00	-	0.00	-	0.00	-
	2012	83.30	-	16.70	-	0.00	-
3ª série / 4º ano do EF	2008	88.20	-	0.00	-	11.80	-
	2009	100.00	-	0.00	-	0.00	-
	2010	100.00	-	0.00	-	0.00	-
	2012	96.70	-	0.00	-	3.30	-
4ª série / 5º ano do EF	2008	89.70	-	6.90	-	3.40	-
	2009	100.00	-	0.00	-	0.00	-
	2010	95.70	-	4.30	-	0.00	-
	2011	100.00	-	0.00	-	0.00	-
	2012	97.80	-	0.00	-	2.20	-
5ª série / 6º ano do EF	2008	92.10	-	5.30	-	2.60	-
	2009	81.40	-	11.00	-	7.60	-
	2010	87.10	-	10.10	-	2.80	-
	2011	86.90	-	8.80	-	4.40	-
	2012	89.50	-	6.30	-	4.20	-
6ª série / 7º ano do EF	2008	90.10	-	6.40	-	3.50	-
	2009	77.80	-	17.40	-	4.80	-
	2010	57.50	-	21.00	-	21.50	-
	2011	75.90	-	16.80	-	7.30	-
	2012	88.30	-	7.40	-	4.30	-
	2008	83.50	-	13.40	-	3.10	-

7ª série / 8º ano do EF	2010	78.30	-	14.30	-	7.40	-
	2011	78.60	-	13.70	-	7.60	-
	2012	86.50	-	9.20	-	4.30	-
8ª série / 9º ano do EF	2008	71.80	-	15.40	-	12.80	-
	2009	72.50	-	12.10	-	15.40	-
	2010	75.80	-	10.30	-	13.90	-
	2011	84.70	-	12.90	-	2.40	-
	2012	88.20	-	4.20	-	7.60	-
1º ano do EM	2008	80.80	-	6.20	-	13.00	-
	2009	80.60	-	7.90	-	11.50	-
	2010	79.30	-	6.70	-	14.00	-
	2011	81.50	-	1.30	-	17.20	-
	2012	80.50	-	8.10	-	11.40	-
2º ano do EM	2008	79.30	-	0.80	-	19.90	-
	2009	75.80	-	8.30	-	15.90	-
	2010	85.70	-	2.40	-	11.90	-
	2011	87.00	-	0.80	-	12.20	-
	2012	81.40	-	4.70	-	14.00	-
3º ano do EM	2008	85.90	-	7.80	-	6.30	-
	2009	86.80	-	5.70	-	7.50	-
	2010	87.80	-	9.20	-	3.00	-
	2011	97.10	-	1.00	-	2.00	-
	2012	89.70	-	2.60	-	7.70	-

Tabela 13-B. Taxas de Rendimento - Rede Municipal em Lagoa Grande

SÉRIE/ANO	Ano	Taxa Aprovação		Taxa Reprovação		Taxa Abandono	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1ª série / 2º ano do EF	2008	100.00	100.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2009	98.90	100.00	0.00	0.00	1.10	0.00
	2010	100.00	100.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2011	100.00	100.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2012	98.90	100.00	0.00	0.00	1.10	0.00
2ª série / 3º ano do EF	2008	74.10	100.00	25.90	0.00	0.00	0.00
	2009	85.30	89.50	14.70	10.50	0.00	0.00
	2010	84.80	91.70	15.20	8.30	0.00	0.00
	2011	99.30	100.00	0.70	0.00	0.00	0.00
	2012	89.10	100.00	10.90	0.00	0.00	0.00
3ª série / 4º ano do EF	2008	100.00	100.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2009	100.00	100.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2010	100.00	100.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2011	99.00	100.00	1.00	0.00	0.00	0.00
	2012	100.00	100.00	0.00	0.00	0.00	0.00
4ª série / 5º ano do EF	2008	87.30	100.00	12.70	0.00	0.00	0.00
	2009	92.60	100.00	6.70	0.00	0.70	0.00
	2010	97.00	100.00	3.00	0.00	0.00	0.00
	2011	99.20	100.00	0.00	0.00	0.80	0.00
	2012	97.00	100.00	2.00	0.00	1.00	0.00
5ª série / 6º ano do EF	2008	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2009	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-
6ª série / 7º ano do EF	2008	87.50	0.00	12.50	0.00	0.00	0.00
	2009	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-

7ª série / 8º ano do EF	2009	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-
8ª série / 9º ano do EF	2008	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2009	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-
1º ano do EM	2008	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2009	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-
2º ano do EM	2008	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2009	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-
3º ano do EM	2008	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2009	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-

Tabela 14-A. Matrículas em Turmas de Correção de Fluxo - Rede Estadual em Lagoa Grande					
ETAPA	Matrículas em TURMAS de correção de fluxo				
	2009	2010	2011	2012	2013
Ensino Fundamental	55	77	-	-	-

Tabela 14-B. Matrículas em Turmas de Correção de Fluxo - Rede Municipal em Lagoa Grande					
ETAPA	Matrículas em TURMAS de correção de fluxo				
	2009	2010	2011	2012	2013
Ensino Fundamental	-	-	-	-	-

19. OBJETIVOS QUE NORTEARÃO AS AÇÕES REALIZADAS NO TEMPO DE DURAÇÃO DESTE PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

- Promover estudos e análise da política educacional pretendida, expressada no Plano Municipal de Educação. Incentivar os educadores a manter uma postura autêntica, responsável e coerente para desenvolver a proposta pedagógica elaborada, através da valorização e ressignificação, aperfeiçoamento com encontros dos profissionais da área;
- Promover a integração da Secretaria Municipal de Educação, escola, comunidade, através de atividades que atendam ás reais necessidades e expectativas dos profissionais da educação, tendo em vista a realização de um trabalho conjunto e cooperativo. E, dessa forma colaborar para a existência da corresponsabilidade nas mais diversas situações;
- Proporcionar condições às escolas para que elas possam desenvolver uma proposta pedagógica voltada aos setores econômicos de desenvolvimento do município, através da manutenção da infraestrutura necessária ao desenvolvimento do programa de conhecimento com qualidade social;
- Realizar visitas sistemáticas às escolas municipais para acompanhar, controlar e avaliar as atividades escolares;
- Reestruturar as escolas, gradativamente, tornando-as um espaço privilegiado, onde o aluno e professor tenham condições de produzir o conhecimento, através de ações concretas e estudos do meio em relação ao mundo;
- Assessorar as escolas sobre o uso e explicação de legislação vigente através de encontros específicos;
- Propor condições ao educador de repensar o seu papel e influência na formação do educando, através de encontros sistemáticos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação;
- Evitar a evasão escolar, através da manutenção de escolas metodologicamente eficientes e atrativas;

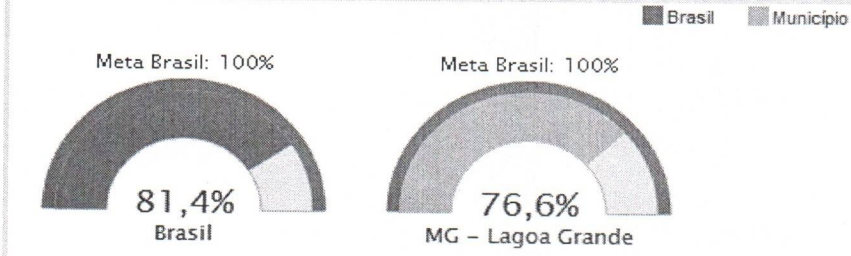
- Oportunizar atuação da consciência política através da prática de eleições na escola envolvendo atividades organizadas entre alunos e professores, revitalizando os grêmios estudantis, conselhos escolares, criando uma gestão democrática de educação;
- Esclarecer a comunidade sobre a municipalização de serviços, a necessidade de recursos financeiros e a importância da reconstrução dos princípios de convivência nas escolas;
- Prover recursos necessários para manter e equipar pedagogicamente as escolas municipais, bem como ampliar a rede municipal de ensino nas localidades com maior incidência de procura, oportunizando escola para todos e proporcionando aos alunos melhores condições de ensino-aprendizagem.

20. METAS DO PMDE

21. EDUCAÇÃO INFANTIL

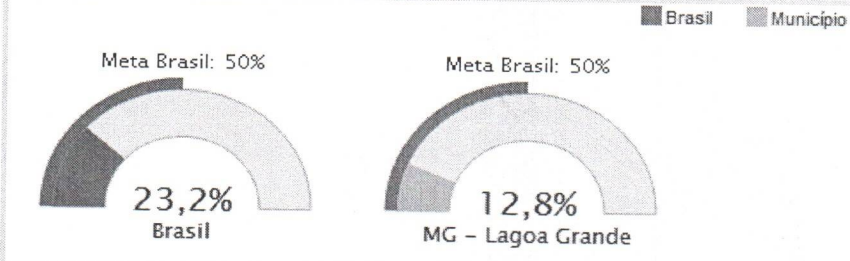
De acordo com os dados da Educação Infantil, percebe-se a importância da ampliação da rede, reforma e aquisição permanente de materiais pedagógicos, bem como Formação Continuada do quadro de funcionários visando uma Educação de qualidade. Sabe-se a necessidade de atender um percentual maior da população infantil, dessa forma, as metas a seguir focalizarão o atendimento de 100% das crianças lagoagrandenses.

Indicador 1A - Percentual da população de 4 e 5 anos que frequenta a escola.



Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013
Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010

Indicador 1B - Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola.



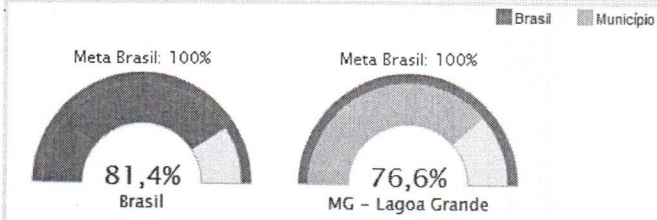
Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013
Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010

21.1 METAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL:

- Atender 100% dos alunos da pré-escola (4 e 5 anos) até o ano de 2016.
- Ampliar a oferta da Educação Infantil em Creches de forma a atender, no mínimo 50% das crianças de 4 meses a 3 anos de idade até o final de vigência deste PMDE.
- Adquirir materiais pedagógicas para creches e Pré-escola durante a vigência deste plano.
- Ampliar a rede física das escolas e/ou Centro Educacional para atender 50% das Crianças de Creche e Pré-escola até o ano de 2024.
- Construir um Centro de Educação Infantil até o ano de 2024,
- Construir um refeitório no CEMEI Iolanda Alves Ferreira.

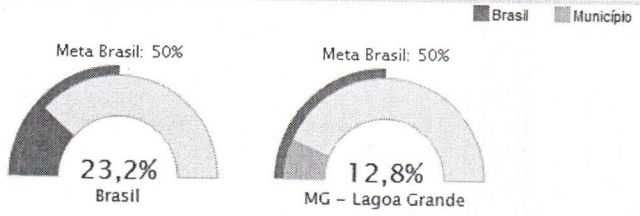
22. ENSINO FUNDAMENTAL

Indicador 1A - Percentual da população de 4 e 5 anos que frequenta a escola.



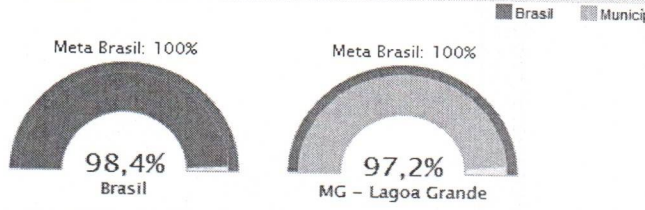
Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013
Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010

Indicador 1B - Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola.



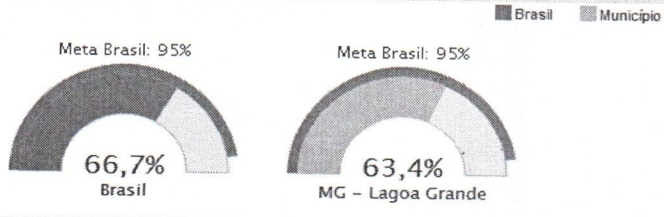
Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013
Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010

Indicador 2A - Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola.

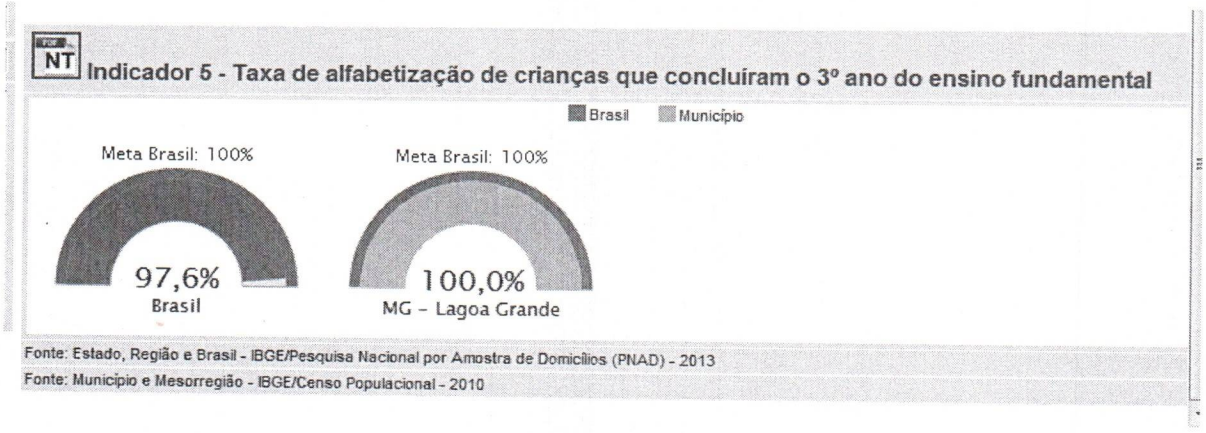


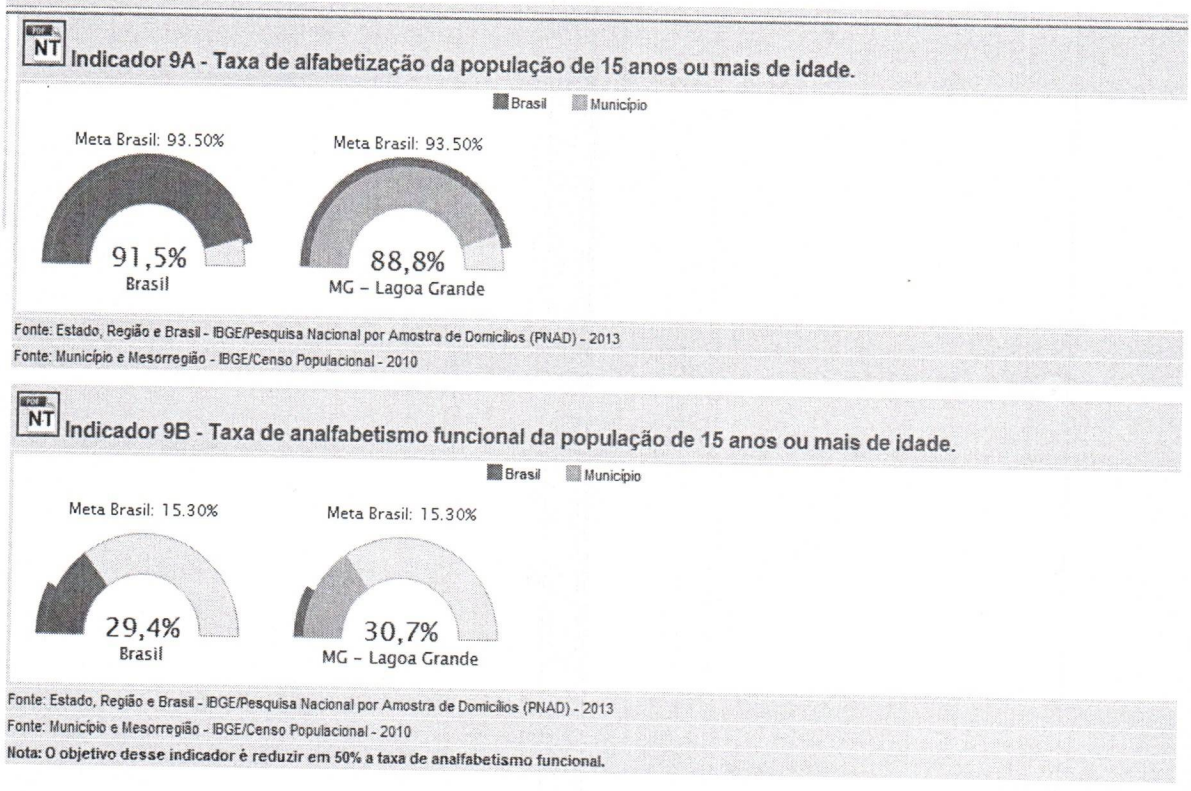
Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013
Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010

Indicador 2B - Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído



Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013
Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010





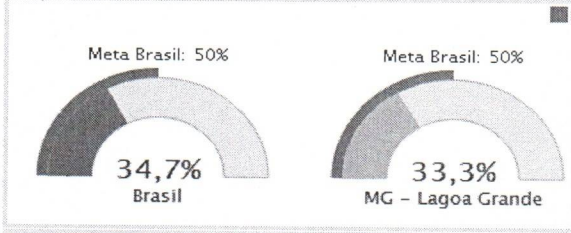
22.1 METAS DO ENSINO FUNDAMENTAL

- Alfabetizar 100% das crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.
- Ampliar os resultados das Avaliações Externas PROALFA E PROEB,
- Elevar o Ideb das escolas da rede,

- Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PMDE,
- Construir uma Escola Municipal,
- Reformar as escolas Municipais e Estadual em parceria com os órgãos federados,
- Adquirir e manter os mobiliários e equipamentos escolares,
- Implantar nas escolas municipais laboratório de informática em parceria com o Programa PROINFO,
- Adquirir materiais Pedagógicos,
- Implantar Bibliotecas nas escolas municipais,
- Implantar Laboratório de Ciências para pesquisas e estudos científicos nas escolas da rede,
- Oferecer lanche aos alunos do Meio Rural, no início da aula,
- Construir refeitório nas escolas Municipais,
- Implantar o SESU em parceria com a União e o Estado,
- Implantar de CESEC (Ensino Fundamental – Séries Finais).
- Construir Quadra Poliesportiva na E. M. Josué Costa e reformar as quadras das escolas municipais: E. M. Cesário Galvão e E. M. Dr. José Drumond de Castilho,
- Ampliar o atendimento das escolas do município em parceria com o CRAS,
- Atender os alunos com baixo desempenho em horário extra-turno, visando sanar as dificuldades detectadas nas avaliações diagnósticas e mapeamento do PIP,
- Construir espaço adequado para o Programa em Tempo Integral.

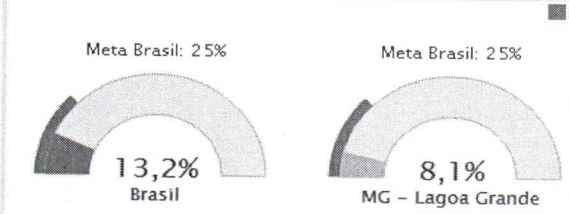
23. EDUCAÇÃO INTEGRAL

Indicador 6A - Percentual de escolas públicas com alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares.



Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica - 2013

Indicador 6B - Percentual de alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares.



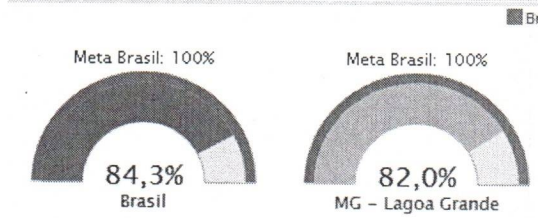
Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica - 2013

23.1 METAS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

- Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.
- Construir espaços adequados destinados à Educação Integral, incluindo Escola Estadual e Municipal bem como adquirir equipamentos e materiais diversos para as oficinas em parceria com o Estado e a União,
- Criar oficina de Arte: Música, Dança, Teatro, Artesanato, etc.

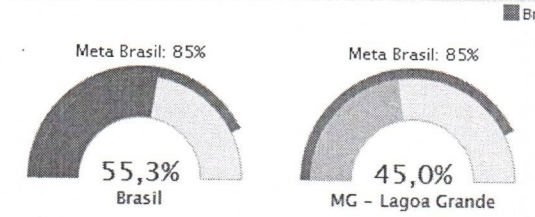
24. ENSINO MÉDIO

Indicador 3A - Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola.



Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013
Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010

Indicador 3B - Taxa de escolarização líquida no ensino médio da população de 15 a 17 anos.



Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013
Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010

Indicador 11A - Matrículas em educação profissional técnica de nível médio.



Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica - 2013

Indicador 11B - Matrículas em educação profissional técnica de nível médio na rede pública.

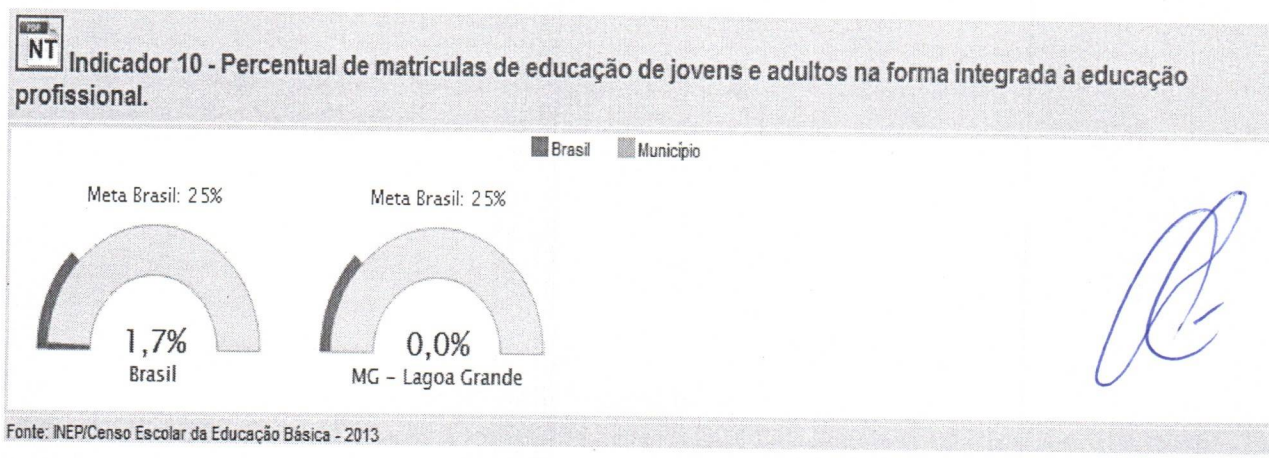


Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica - 2013

24.1 METAS DO ENSINO MÉDIO

- Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PMDE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).
- Implantar o CESEC (Ensino Médio),
- Ampliar os resultados das Avaliações externas, tendo em vista o PROEB,
- Fomentar a reforma e ampliação da Escola Estadual Santa Terezinha em parceria com os órgãos federados,
- Adquirir materiais Pedagógicos,
- Manter e adquirir mobiliário escolar,
- Melhorar a merenda escolar, ampliando os recursos financeiros,
- Reduzir a evasão por meio de um trabalho de conscientização e visitas domiciliares,
- Adquirir materiais e mobiliário para Laboratório de Ciências para pesquisa e experiências,
- Adquirir recursos tecnológicos em parceria com os órgãos federados,
- Implantar até o final de vigência deste plano, cursos técnicos em diversas áreas,
- Implantação de curso pré-vestibular nos 03 anos do Ensino Médio,
- Buscar viabilizar junto aos órgãos federados a construção de um anfiteatro na escola,
- Oferecer cursos periódicos para os professores do Ensino Médio, com o intuito de aperfeiçoar a prática pedagógica dos mesmos.

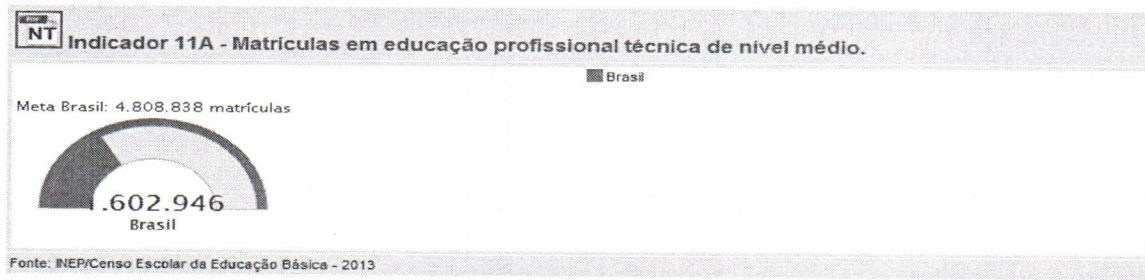
25. EJA - EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE

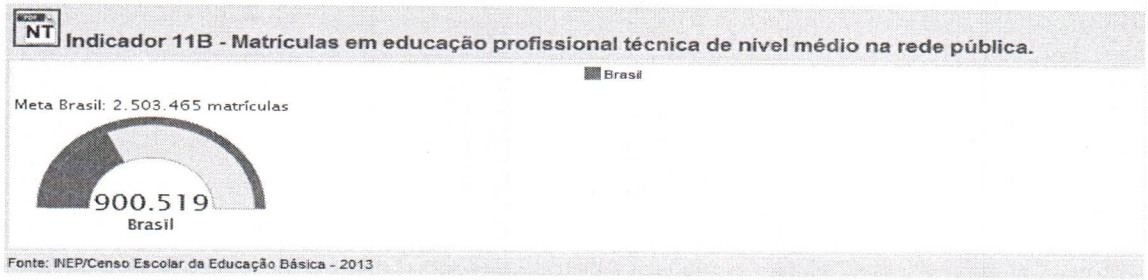


25.1 METAS PARA A EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

- Erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional, até o final da vigência deste PMDE,
- Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional em parceria com a União e o Estado,
- Buscar parcerias com o setor público e privado para a implantação da EJA integrada à Educação Profissional na Escola do Campo e Urbana,
- Reestruturar a EJA Fundamental - séries Iniciais nas escolas municipais,
- Incluir os alunos da EJA na nova era digital,
- Oferecer cursos semestrais aos professores da EJA, preparando-os para a realidade desta modalidade de ensino de acordo com a metodologia de Paulo Freire.

26. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL



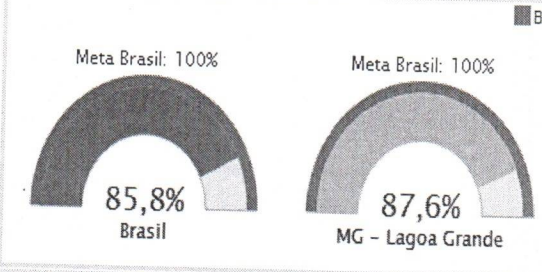


26.1 METAS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

- Fomentar a implantação de cursos técnicos profissionalizantes em parceria com os órgãos federados. (PRONATEC, TRAVESSIA).

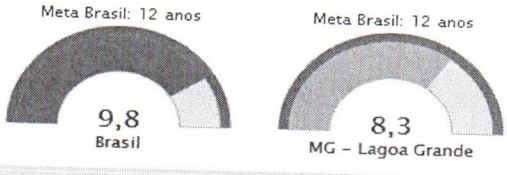
27. SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES E A VALORIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS

Indicador 4 - Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola.



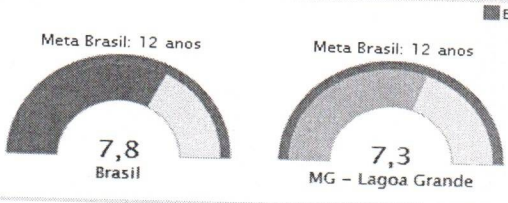
Fonte: IBGE/Censo Populacional - 2010

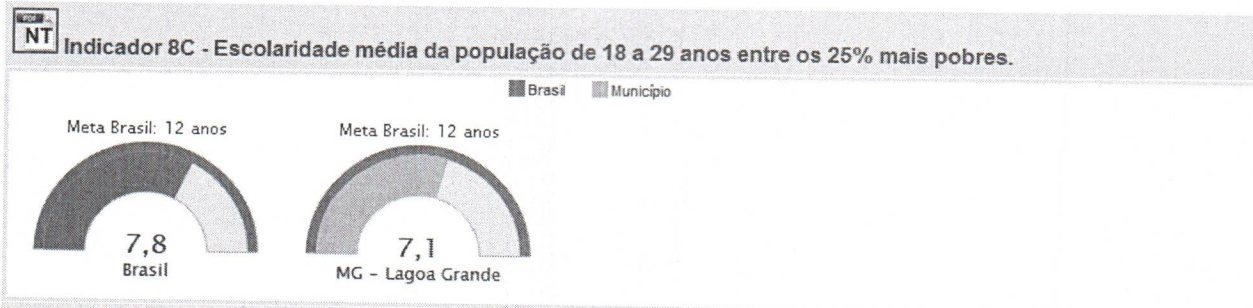
Indicador 8A - Escolaridade média da população de 18 a 29 anos.

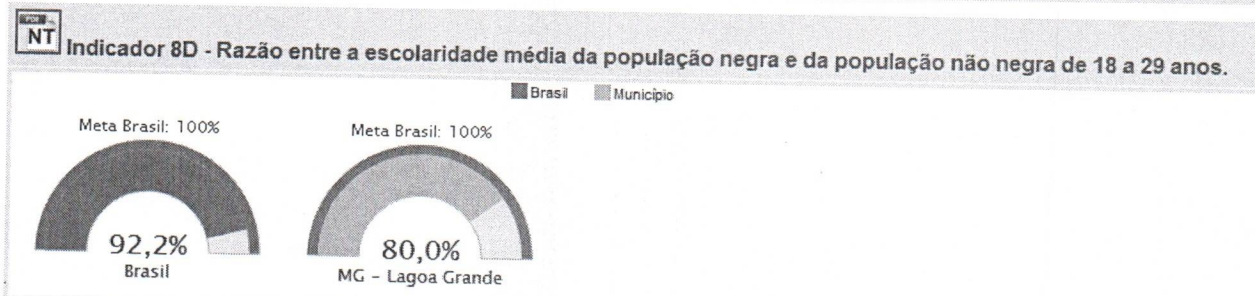


Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013
Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010

Indicador 8B - Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente em área rural.





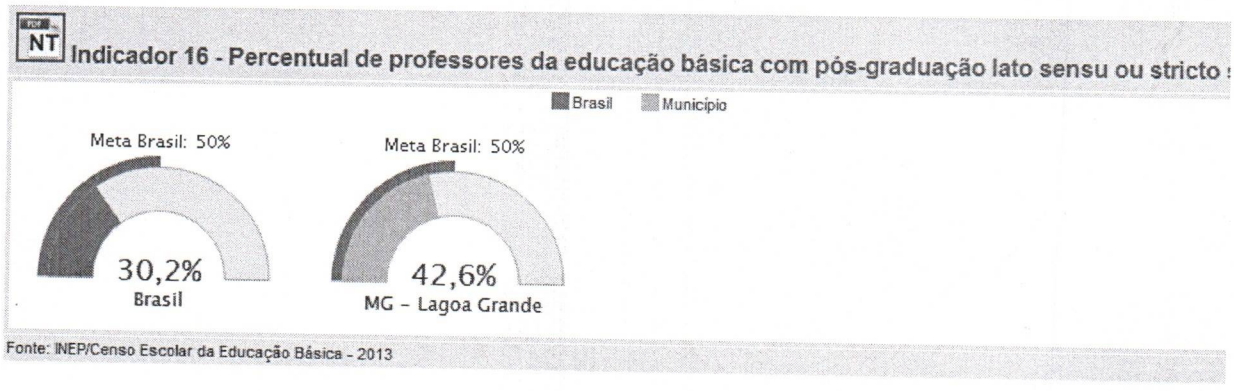


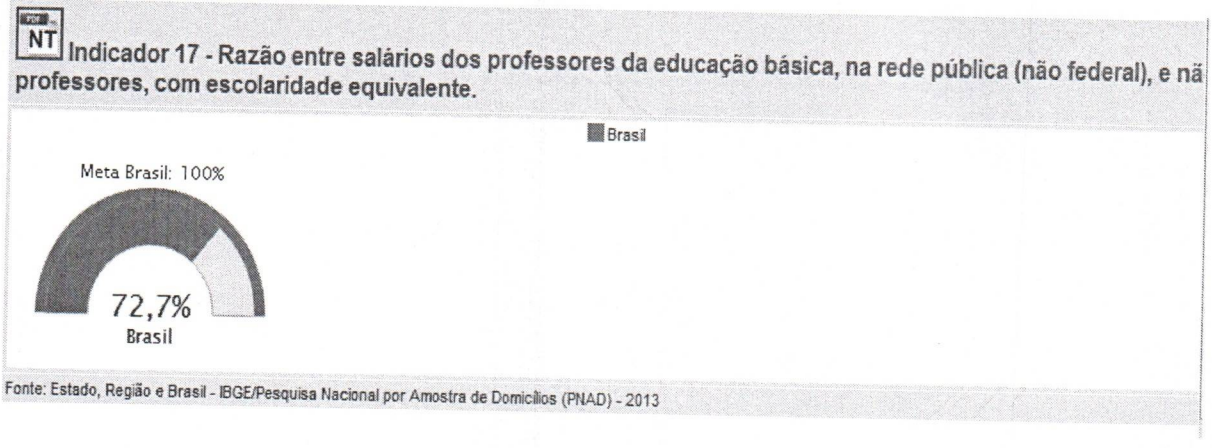
27.1 METAS PARA A INCLUSÃO SOCIAL

- Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.
- Criar Cargo para Professor de Apoio, visando garantir uma aprendizagem de qualidade aos alunos com necessidades especiais,
- Adequar a estrutura física da rede de ensino para atender os alunos com necessidades especiais,
- Propor e desenvolver parceria entre os profissionais da Saúde, Ação Social e Educação, criando uma equipe multidisciplinar para atender os alunos com necessidade especiais,

- Oferecer aos alunos do Meio Rural, em especial aos pais que não tiveram a oportunidade de estudar, e jovens que se que encontram fora da faixa etária ensino fundamental – séries iniciais.

28. FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO





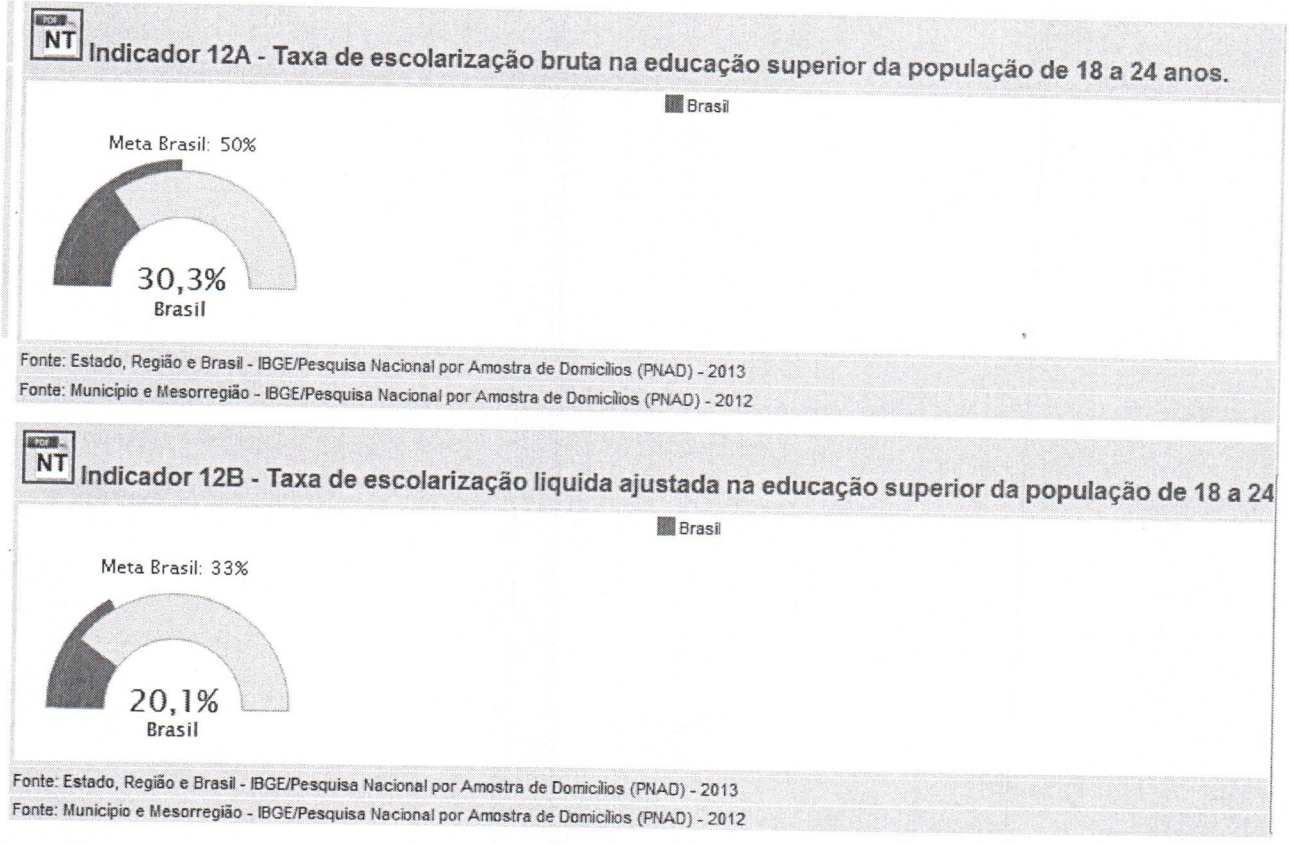
28.1 METAS PARA A FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

- Fomentar, garantindo, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PMDE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação

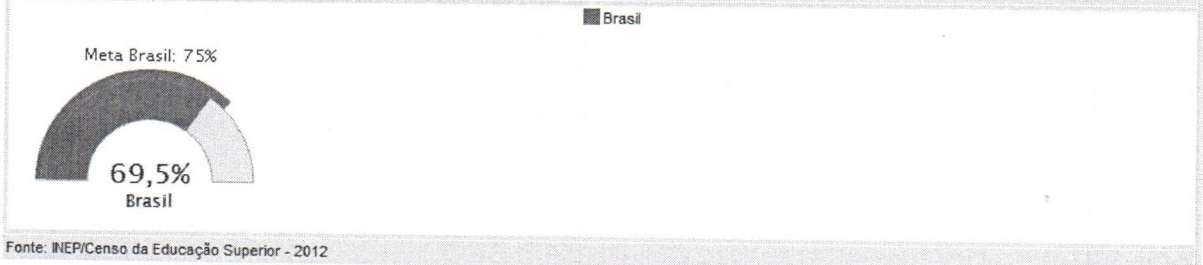
específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

- Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PMDE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino em parceria com os órgãos federados,
- Fomentar a capacitação de professores de apoio para atuar em salas com alunos portadores de necessidades especiais,

29. ENSINO SUPERIOR



Indicador 13A - Percentual de funções docentes na educação superior com mestrado ou doutorado.



Fonte: INEP/Censo da Educação Superior - 2012

Indicador 13B - Percentual de funções docentes na educação superior com doutorado.



Fonte: INEP/Censo da Educação Superior - 2012

Indicador 14A - Número de títulos de mestrado concedidos por ano.



Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - 2012

Indicador 14B - Número de títulos de doutorado concedidos por ano.



Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - 2012

29.1 METAS PARA O ENSINO SUPERIOR

- Fomentar a construção de um Polo de Educação à Distância em parceria com os órgãos federados, priorizando a qualidade do ensino com estágio supervisionado efetivo,
- Manter e ampliar a Subvenção repassada aos universitários lagoagrandenses para auxiliar no transporte escolar.

30. GESTÃO DEMOCRÁTICA

- Cursos de capacitação para os gestores como PROGESTÃO E PRADIME,
- Reestruturar o Projeto Político Pedagógico das escolas da rede,
- Reestruturar a Ficha de Avaliação de Desempenho dos servidores da educação, inserindo novos critérios de avaliação,
- Realizar Assembleias, inserindo a família no contexto escolar,
- Realizar de Consulta Pública, visando melhoria na qualidade do ensino,
- Implantar até o final de vigência deste plano, a escolha dos gestores das escolas através de eleição com participação dos profissionais e comunidade escolar, priorizando os profissionais do Quadro Efetivo. Caso não haja interesse por membro do quadro, poderá o executivo indicar pessoa habilitada que passará por apreciação e aprovação dos profissionais da educação da escola.

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O Plano Municipal Decenal de Educação de Lagoa Grande reflete o entendimento de que é preciso estabelecer prioridades e estratégias para que se alcance o objetivo maior da educação: a qualidade do processo de ensino e da aprendizagem. Os objetivos e as metas desse plano deverão ser prioridades do Governo Municipal e, por isso, assumido como um compromisso perante a sociedade e compreendido como uma proposta de Estado, independente da corrente político-partidária que esteja à frente da Administração Municipal nos 10 anos de vigência deste Plano.

Através dele, as práticas educativas deverão ser constantemente avaliadas, assim como as diretrizes, metas e objetivos construídos para cada segmento da educação deverão ser perseguidos incessantemente. Para isso, é necessário um processo de acompanhamento e avaliação contínua das ações desenvolvidas no município, em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano Estadual de Educação (PEE). Visando transformar essa avaliação em um processo democrático e transparente.

Caberá à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, juntamente com o poder Executivo, Conselho Municipal de Educação acompanhar, semestralmente avaliar se as metas propostas estão sendo alcançadas. Para debate do processo e dos resultados obtidos em consonância com os objetivos e metas estabelecidos no Plano, estas deverão ser analisadas em reuniões preestabelecidas pelo Conselho Municipal de Educação e reuniões semanais entre gestores, tendo em vista o acompanhamento do Programa de Ações Articuladas – PAR e demais órgãos que também são responsáveis pelo cumprimento das metas.

ANEXOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA GRANDE-MG
GABINETE DO PREFEITO
Rua: Manoel Calango – 172 – Centro – Lagoa Grande/MG – CEP 38.755-000
Fone (34) 3816 – 2900 / E-mail: gabinete@lagoagrande.mg.gov.br
CNPJ: 23.097.454/0001 – 28
Administração 2013/2016

PORTARIA N.º 42, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014.

CERTIDÃO
Prefeitura Municipal de Lagoa Grande - MG
Certifico que a Portaria nº 42/14
foi publicado no quadro de avisos no seguinte
a Sede da Prefeitura Municipal de Lagoa Grande - MG
Em 03 / 09 / 2014
Responsável

"INSTITUI A COMISSÃO REPRESENTATIVA DA SOCIEDADE E A EQUIPE TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DECENAL MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LAGOA GRANDE - MG, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Lagoa Grande, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, especialmente o art. 105, II, a, da Lei Orgânica Municipal, Leis Federais n.º 9.394/96, de 20/12/96, que "Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional" e 13.005 de 25/06/14, que "Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências", artigos 8.º,

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir a Comissão Representativa da Sociedade, à qual compete:

I - sensibilizar a sociedade para a importância da participação na construção coletiva do Plano Decenal Municipal de Educação;

II - dar legitimidade ao Texto Base, elaborado pela equipe técnica, por meio de amplo debate com a sociedade;

III - incorporar os anseios dos cidadãos de Lagoa Grande – MG no Texto Base do Plano Decenal Municipal de Educação;

IV - apresentar o Texto Base para apreciação do Poder Executivo Municipal;

V - acompanhar o processo de tramitação na Câmara dos Vereadores, fornecendo explicações e promovendo a celeridade do processo;

Parágrafo único. São membros da Comissão Representativa da Sociedade para coordenar o amplo debate de adequação do Plano Municipal Decenal de Educação:

- GILVANDA MOREIRA DE CARVALHO – Secretária Municipal de Educação e Cultura;
- MILENE APARECIDA DE SOUZA SILVA – Secretária Adjunta Municipal de Educação e Cultura;
- MARIA APARECIDA CARVALHO COSTA – Membro do Conselho Municipal de Educação;
- WILSON JAQUES MARTINS – Presidente da APAE;
- LUIZ CARLOS BATISTA GONÇALVES – Vice-Prefeito de Lagoa Grande – MG;
- SANDRA HELENA LIMA FERREIRA – Diretora da E. M. Dr. José Drumond de Castilho;
- GASPARINA LUIZ DE PAIVA – Supervisora Pedagógica da E. M. Dr. José Drumond de Castilho;
- HELENA MARIA DA FONSECA SILVA - Diretora da E. M. "Cesário Galvão";
- GILSA MARIA DE CARVALHO - Supervisora Pedagógica da E. M. "Cesário Galvão";
- EDNA BATISTA DA COSTA - Diretora do Centro Municipal de Educação Infantil "Iolanda Alves Ferreira";
- SÔNIA MARIA ALVES – Professora do Centro Municipal de Educação Infantil "Iolanda Alves Ferreira";
- MARIA CÉLIA DA SILVA – Supervisora Pedagógica do Centro Municipal de Educação Infantil "Iolanda Alves Ferreira";
- MARIA APARECIDA DE SOUZA NAKAGAWA – Professora da Creche Municipal "Maria Ledir Pereira";
- JAINA RODRIGUES GALVÃO – Diretora da E. E. Santa Terezinha;
- DALCA DA CONCEIÇÃO BATISTA – Professora da E. E. Santa Terezinha;
- [illegible] PEREIRA DOS SANTOS GUIMARÃES - Professora da E. E. Santa Terezinha;

- SIMONE CAIXETA DA SILVA GALVÃO – Membro do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Lagoa Grande – MG- SINDILAG;
- MARIA LUZIA GALVÃO HIPÓLITO – Membro do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Lagoa Grande – MG – SINDILAG;
- JOÃO PAULO DE SOUZA - Vereador – Lagoa Grande – MG;
- EDNA DE MENDONÇA RODRIGUES - Vereadora – Lagoa Grande – MG;
- ANA PAULA GONÇALVES PEREIRA – Presidente do Conselho Tutelar de Lagoa Grande – MG,
- ELIZÂNGELA GONÇALVES DA SILVA – Membro do Conselho Tutelar de Lagoa Grande – MG.

Art. 2º - Fica instituída a Equipe Técnica, a qual terá por finalidade a elaboração do Texto Base do Plano Decenal Municipal de Educação, composta pelos seguintes membros:

- GILVANDA MOREIRA DE CARVALHO – Secretária Municipal de Educação e Cultura;
- MILENE APARECIDA DE SOUZA SILVA – Secretária Adjunta Municipal de Educação e Cultura;
- MARIA APARECIDA CARVALHO COSTA – Membro do Conselho Municipal de Educação;
- WILSON JAQUES MARTINS – Presidente da APAE;
- LUIZ CARLOS BATISTA GONÇALVES – Vice-Prefeito de Lagoa Grande – MG,
- NILDA PACAU DA SILVA – Chefe de Divisão de Manutenção e Suprimento na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

§ 1º - O Texto Base é composto por dois documentos técnicos:

I - a análise situacional do município cujo texto contempla: uma caracterização histórica, social, econômica, demográfica e geográfica; breve contexto nacional, estadual e municipal de construção de planos decenais de

educação; e diagnóstico do comportamento dos principais indicadores educacionais ao longo dos últimos anos contextualizados com as metas do Plano Nacional de Educação;

II - as metas municipais cujo texto é composto pelas diretrizes, metas e estratégias para a educação do território do município para os próximos dez anos.

§ 2º - São competências da Equipe Técnica:

I - Elaborar o Texto Base do Plano Decenal Municipal de Educação;

II - Submeter a versão final do Texto Base à Comissão Representativa da Sociedade;

III - Acompanhar e esclarecer dúvidas sobre os aspectos técnicos do Texto base, durante o processo de discussão social.

Art. 3º - A Equipe Técnica e a Comissão Representativa da Sociedade serão presididas pela Secretária Municipal de Educação e Cultura, Sra. Gilvanda Moreira de Carvalho e secretariadas pela Supervisora Pedagógica, Sra. Maria Aparecida Carvalho Costa.

Art.4º – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Lagoa Grande, 03 de Setembro de 2014.

MÁRCIO VALERIANO CORRÊA
Prefeito Municipal